



**Ana Sofia
Pinheiro Silva**

**O Impacto da Auditoria na Gestão dos Resultados:
o caso das PME**



**Ana Sofia
Pinheiro Silva**

**O Impacto da Auditoria na Gestão dos Resultados:
o caso das PME**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica do Dr. António Rodrigues Neto, Professor adjunto convidado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais pelos valores que me inculcaram, pela presença constante e encorajamento e pela formação que me proporcionaram.

o júri

presidente

Prof. Dr. Helena Coelho Inácio

Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Prof. Dr. António Rodrigues Neto

Equiparado a professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Amélia Maria Martins Pires

Equiparada a assistente do 2.º triénio (Doutorada) da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança

agradecimentos

Ao orientador desta Dissertação, Professor Dr. António Rodrigues Neto, pela sua disponibilidade, críticas e sugestões que permitiram o enriquecimento e a conclusão deste trabalho.

Aos Revisores Oficiais de Contas pela amabilidade que tiveram de responder ao inquérito.

Aos meus irmãos, pela paciência e pelo incentivo que comigo tiveram.

Ao meu namorado por estar sempre presente, pela sua compreensão e carinho.

A todos os meus familiares e amigos que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho.

palavras-chave

Globalização, Informação Financeira, Pequenas e Médias Empresas, Gestão dos Resultados, Incentivos, Revisão Legal de Contas

resumo

O presente estudo tem por objectivo investigar a existência de gestão dos resultados em pequenas e médias empresas portuguesas e a sua possível interacção com o processo de revisão legal de contas.

No contexto empresarial português, caracterizado por empresas de pequena dimensão, onde as actuais pressões financeiras impostas pela globalização e competitividade dos mercados se tornam uma constante, a produção de informação financeira credível que apoie as decisões económicas é um factor chave para a sustentabilidade empresarial.

A hipótese de investigação prevê que esta nova realidade motive com frequência os gestores/proprietários de pequenas e médias empresas a utilizar práticas de gestão dos resultados contabilísticos, com vista a espelhar uma imagem melhorada da situação económico-financeira da empresa. Facto que é alcançado essencialmente pelo aproveitamento da flexibilidade das normas contabilísticas ou pela sua própria violação, transformando a informação financeira num recurso pouco fidedigno.

Espera-se que estas entidades tendam a ser mais propensas à intervenção qualificada do processo de auditoria como factor limitador deste fenómeno.

Considerou-se à partida que tais situações são manifestadas de forma significativa em áreas contabilísticas concretas, onde os gestores se sentem atraídos por diferentes estímulos, tendo por objectivo último reduzir a carga fiscal e, em sentido contrário, recorrer a financiamento bancário.

A evidência empírica obtida corrobora as hipóteses de investigação. Utilizando uma metodologia baseada na análise do comportamento dos auditores face a este fenómeno, verifica-se que as pequenas e médias empresas adoptam de forma generalizada práticas de gestão dos resultados, e apresentam fortes indícios de receberem opiniões qualificadas dos auditores. Os resultados obtidos sugerem a relação entre a gestão dos resultados e a sua eventual detecção pelos auditores independentes. O número de casos detectados por estes profissionais durante os anos 2006 e 2007, em pequenas e médias empresas, demonstra a importância da revisão legal de contas nestas entidades como factor determinante no combate à gestão dos resultados.

Apesar do evidente controlo e intervenção da auditoria na informação que possa conter erros e/ou fraudes materialmente relevantes, continuam a surgir com grande frequência práticas de gestão dos resultados em Portugal.

keywords

Globalization, Financial Information, Small and Medium Companies, Earnings Management, Incentives, Statutory Auditors

abstract

This study aims to investigate the existence of earnings management in Portuguese small and medium-sized companies and their possible interaction with the statutory audit process.

The release of credible financial information that enables economic decisions is a key factor in Portuguese business environment, mainly characterized by small companies, where the current financial pressures imposed by globalization and competitive markets become constant.

The research hypothesis predicts that this new reality often motivates, small and medium-sized company's managers/owners, usage of earnings management practices, with the goal of reflecting an improved image of the company's financial situation.

This is achieved essentially by exploiting the accounting rules flexibility or even by their own violation, making the financial information on an unreliable feature. It is expected that these entities tend to be more prone to the intervention of a qualified audit process as a limiting factor of this phenomenon. It was considered at the outset that such situations are expressed significantly in specific accounting areas, where managers are attracted by different stimuli, with the objective of reducing tax burden and, in contrast, rely on financing.

The empirical evidence obtained supports the research hypotheses. Applying auditor's behaviour analysis methodology, regarding this phenomenon, it appears that small and medium companies adopt earnings management practices in general, and present strong evidence of receiving auditor's qualified opinions.

The results suggest a relationship between earnings management and its possible detection by independent auditors. The number of cases detected by these professionals, during 2006 and 2007 in small and medium companies, reveals the importance of statutory audit as a determining factor in earnings management engagement.

Despite the apparent audit control and intervention earnings management continues to arise in Portugal.

ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS	iii
LISTA DE SIGLAS	v
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA	4
1.1. INFORMAÇÃO FINANCEIRA	4
1.2. GESTÃO DOS RESULTADOS	8
1.2.1. Gestão dos resultados legítima Vs ilegítima	10
1.2.2. Técnicas de gestão dos resultados	11
1.2.3. Diferentes modos de manifestação	13
1.2.4. Formas de evitar o fenómeno	14
1.2.5. Incentivos à gestão dos resultados	15
1.2.5.1. Os incentivos na realidade anglo-saxónica	16
1.2.5.2. Os incentivos na realidade portuguesa	18
1.3. AUDITORIA COMO ENTRAVE À GESTÃO DOS RESULTADOS NAS PME.....	20
1.3.1. Caracterização da auditoria no caso das PME	23
1.3.2. A importância da revisão legal das contas nas PME	28
1.3.3. O papel do auditor na gestão dos resultados	31
CAPÍTULO 2 – ESTUDO EMPÍRICO	35
2.1. METODOLOGIA	35
2.1.1. Objectivos, pergunta de partida e questões de investigação	35
2.1.2. Tipo de estudo	36
2.1.3. População e amostra	37
2.1.4. Instrumento de recolha de dados	37
2.2. ANÁLISE DA EVIDÊNCIA EMPÍRICA	42
2.2.1. Caracterização da amostra	43
2.2.2. Análise, interpretação e discussão dos resultados	44
CONCLUSÕES GERAIS	67

1. CONCLUSÕES	67
2. LIMITAÇÕES	71
3. PROPOSTA PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA	71
BIBLIOGRAFIA	72
ANEXO	77

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

	Pg.
Gráfico 1 Distribuição de revisores por tempo na profissão.....	43
Gráfico 2 Distribuição de revisores segundo o desempenho de actividade.....	43
Gráfico 3 Distribuição de revisores segundo a zona do país de actividade dos seus clientes.....	44
Gráfico 4 Distribuição segundo a definição atribuída ao fenómeno gestão dos resultados.....	45
Gráfico 5 Relação entre a definição do fenómeno e o tempo na profissão.....	46
Gráfico 6 Distribuição segundo a legitimidade do fenómeno.....	46
Gráfico 7 Legitimidade do fenómeno em Portugal, Reino Unido e Espanha.....	47
Gráfico 8 Grau de concordância sobre a frequência do fenómeno em Portugal.....	47
Gráfico 9 Grau de concordância sobre a frequência do fenómeno em Portugal e Espanha.....	48
Gráfico 10 Relação entre a concordância quanto à frequência do fenómeno e a zona do país.....	48
Gráfico 11 Distribuição segundo a maior frequência do fenómeno como consequência da globalização e competitividade das organizações.....	49
Gráfico 12 Distribuição segundo o registo de novas e complexas transacções que conduzam a diferentes interpretações normativas.....	49
Gráfico 13 Distribuição segundo a existência de subjectividade nas normas contabilísticas.....	50
Gráfico 14 Grau de concordância quanto à gravidade do problema e sua difícil solução.....	51
Gráfico 15 Grau de concordância quanto à solução do fenómeno através de normas baseadas em princípios.....	51
Gráfico 16 Distribuição segundo o grau de concordância alta quanto à gravidade do fenómeno e a sua possível solução em Portugal, Espanha e Reino Unido.....	52
Gráfico 17 Distribuição segundo a frequência do fenómeno em função do tipo de entidade.....	53
Gráfico 18 Relação entre a frequência do fenómeno por tipo de entidade e zona do país.....	54
Gráfico 19 Concordância quanto à detecção do fenómeno na primeira revisão legal de contas em sociedades por quotas.....	54
Gráfico 20 concordância quanto à detecção do fenómeno em PME.....	54
Gráfico 21 Relação entre a detecção do fenómeno na primeira revisão legal de contas e detecção em PME.....	55
Gráfico 22 Grau de concordância quanto à maior frequência do fenómeno em empresas familiares	55

Gráfico 23	Grau de concordância segundo a frequência do fenómeno em empresas familiares de Portugal (1997 e 2009).....	56
Gráfico 24	Distribuição segundo as áreas contabilísticas de maior probabilidade de detecção do fenómeno.....	57
Gráfico 25	Distribuição global das probabilidades de maior detecção do fenómeno em várias áreas contabilísticas.....	58
Gráfico 26	Distribuição segundo o número de casos detectados entre 2006 e 2007.....	59
Gráfico 27	Distribuição segunda a média de casos detectados nos grupos da profissão.....	62
Gráfico 28	Distribuição segundo a média de casos detectados em função do desempenho da actividade.....	62
Gráfico 29	Distribuição segundo a média de casos detectados nas zonas do país.....	62
Gráfico 30	Distribuição segundo a média de casos detectados nas várias entidades.....	63
Gráfico 31	Distribuição segundo o grau de concordância quanto aos incentivos da gestão dos resultados.....	63
Gráfico 32	Distribuição média face ao grau atribuído aos incentivos da gestão dos resultados.....	65
Quadro 1	Distribuição segundo a probabilidade de detectar casos de gestão dos resultados em várias áreas.....	58
Quadro 2	Distribuição segundo o total de procedimentos detectados em Portugal no ano de 2006 e 2007.....	61
Quadro 3	Distribuição segundo o total de procedimentos detectados em Portugal no ano de 1994 e 1995.....	61
Quadro 4	Distribuição segundo o grau de concordância quanto aos incentivos da gestão dos resultados.....	65

LISTA DE SIGLAS

CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
CNSA	Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria
CSC	Código das Sociedades Comerciais
EOROC	Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
GUIA	Guide to Using International Standards on Auditing in the Audits of Small-and Medium sized Entities
IAASB	International Audit and Assurance Standard Board
IAPS	International Auditing Practices Statement
IFAC	International Federation of Accountants
ISA	International Standard on Auditing
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PCGA	Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites
PEC	Pagamento Especial por Conta
PME	Pequenas e Médias Empresas
POC	Plano Oficial de Contabilidade
ROC	Revisor Oficial de Contas
SNC	Sistema de Normalização Contabilístico
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

INTRODUÇÃO

O progressivo desenvolvimento da economia cria a necessidade de uma maior aposta no desenvolvimento empresarial como um factor essencial para o crescimento e competitividade das organizações.

Esta actual realidade económica, marcada pela abertura de fronteiras comerciais e pela globalização de tendências e de mercados, leva a que a competitividade das organizações modernas dependa cada vez mais da natureza da sua relação com o meio envolvente. O resultado prático é que gestores, investidores e pessoas de um modo geral têm, em tempo real, mais acesso à informação, o que resulta num maior grau de exigência.

Este fenómeno força a existência de sistemas financeiros dinâmicos e flexíveis, capazes de produzir informação financeira útil, fiável e atempada com vista à satisfação das necessidades empresariais e auxílio na tomada de decisão dos seus utilizadores (investidores, financiadores, colaboradores, fornecedores, clientes, entidades públicas e público em geral). É fundamental que a informação financeira se baseie em métodos comumente aceites, para que se obtenham dados credíveis e comparáveis.

Contudo, a existência de flexibilidade na produção desta informação, mais especificamente na aplicação das regras e princípios contabilísticos geralmente aceites, permite optar pela utilização de diferentes critérios e/ou diferentes estimativas na valorização de um mesmo facto patrimonial. Tal permissividade proporciona, mais vezes do que se desejaria, a escolha de opções mais favoráveis, e não mais adequadas por parte dos gestores das empresas.

Os escândalos financeiros ocorridos nos últimos anos, em que os gestores divulgaram informação falsa aproveitando de forma pouco ética as opções que o sistema contabilístico oferece, para espelhar uma imagem que fosse ao encontro das expectativas do mercado, são os grandes responsáveis pelo enorme desastre que abalou a economia mundial. Esta crise financeira assente em esquemas entre grandes empresas de especulação financeira e de auditoria teve origem na utilização de artifícios contabilísticos onde se apresentaram demonstrações financeiras completamente desfasadas da realidade e “protegidas” pelos normativos internacionais. Os normalizadores não impediram, nem tão pouco anteciparam

esta catástrofe, o que vem questionar a qualidade da informação financeira divulgada pelas empresas.

Tais comportamentos deram origem à expressão actualmente designada por “*earnings management*” (*gestão dos resultados*), convertendo-se este fenómeno num tema de grande actualidade, por se tratar de casos em que os gestores utilizam, de forma pouco escrupulosa, a subjectividade e flexibilidade da estrutura conceptual assente em regras e princípios contabilísticos, para reflectirem nos resultados os seus interesses, em vez de apresentarem informações neutras e verdadeiras.

Existem ainda casos em que os gestores vão mais além nas suas decisões, não aproveitando apenas a flexibilidade das normas existentes, mas também, ignorando e violando algumas delas, consubstanciando situações de fraude.

Embora a literatura sobre esta temática seja extensa, debruça-se essencialmente sobre o reduzido número de empresas com valores mobiliários admitidos à cotação na bolsa portuguesa, pelo que se considerou oportuno contribuir para a análise do fenómeno da gestão dos resultados em pequenas e médias empresas, procurando identificar os factores que conduzem a adopção de tais práticas nestas entidades que espelham a realidade económica do nosso país.

Considera-se importante analisar, se existe e qual, a natureza do impacto transmitido pelo processo de revisão legal de contas na gestão dos resultados praticada em pequenas e médias entidades. Esta será a questão sobre a qual se espera retirar conclusões, constituindo, por esse motivo, o fio condutor de toda a investigação.

Em particular, procura-se testar se, na realidade empresarial portuguesa, as situações de gestão dos resultados ocorrem com frequência, e caso se verifique, investigam-se as áreas contabilísticas e os principais incentivos que a possibilitem. Por fim, procura-se encontrar alguma evidência acerca do impacto que o processo de auditoria às contas possa causar nos resultados manipulados pela gestão destas entidades. Facto que se considera ser indiciador de significativos ajustamentos nos resultados, transmitindo a eficácia do processo de auditoria na detecção de eventuais manipulações dos resultados.

A expectativa é a de que a evidência empírica corrobore a existência destas práticas em pequenas e médias empresas.

Clarificadas as considerações iniciais sobre a temática em análise, é agora relevante dar a conhecer a estrutura do presente estudo, destacando-se dois capítulos principais e uma conclusão final.

No primeiro capítulo é efectuada a revisão da literatura no âmbito da gestão dos resultados, sendo clarificados os conceitos fundamentais que suportam todo o estudo. Numa primeira fase, é dada especial ênfase à utilidade da informação financeira no processo de tomada de decisão, e numa segunda fase descreve-se o fenómeno da gestão dos resultados, analisando a possível causa da sua existência, forma como se manifesta e ainda, quais os incentivos que lhe estão subjacentes. Ainda neste capítulo é retratada a importância do processo de auditoria na detecção de práticas de gestão dos resultados em pequenas e médias empresas, mais propriamente no que respeita ao papel que o Revisor Oficial de Contas desempenha nestas matérias.

O segundo capítulo desenvolve a metodologia utilizada para a comprovação da existência de impacto da auditoria na gestão dos resultados. Apresentam-se os objectivos e as questões que se testam nesta investigação, bem como todos os aspectos relacionados com o desenvolvimento do trabalho empírico, designadamente, o tipo de estudo, a amostra e o instrumento de recolha de dados – inquérito de opinião enviado com o auxílio da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas a todos os seus membros – e, por fim a análise e discussão dos resultados.

Finalmente, a explanação das conclusões desta investigação e suas limitações estão presentes no capítulo relativo às conclusões gerais.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA

1.1. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Na sociedade actual a informação é um recurso indispensável, tanto para as pessoas de um modo geral, como para as organizações, permitindo-lhes interagir com o meio e possuir o conhecimento necessário para tomar decisões.

O mundo dos negócios em permanente mudança requer da gestão empresarial, sistemas de informação articulados, funcionais e em constante evolução, pois é através deles que se obtém a segurança e agilidade necessárias para a tomada de decisão.

De acordo com Rigaud (1980, p. 47) “o êxito da organização depende de decisões correctas tomadas em tempo oportuno. Para isso é necessário fornecer aos responsáveis informações actuais, suficientemente precisas e sobretudo relativas aos aspectos principais dos problemas”. A existência destes sistemas é decisiva para determinar o êxito ou o fracasso de um empreendimento, contribuindo de forma rápida e eficiente para a sustentabilidade económica das empresas através da globalização da informação.

Esta tendência converte a informação num dos activos mais importantes das empresas e, tal como nos restantes activos, é necessária alguma atenção a aspectos como a qualidade, a segurança e o próprio controlo da informação (Rigaud, 1980, p. 47).

A contabilidade, enquanto sistema de informação para a gestão, possibilita às partes interessadas o conhecimento do potencial interno da empresa. A informação financeira que este sistema produz é indispensável para que a empresa gere decisões assertivas, constituindo um recurso útil e valioso que permite, através da valorização da informação histórica e prospectiva, uma adaptação atempada às exigências do mercado e a adequada utilização dos recursos materiais e financeiros.

Nesta matéria Costa e Alves (2008, p.35), refere que:

“ A contabilidade valoriza os recursos postos à disposição da empresa, as obrigações contraídas e os meios utilizados na obtenção desses recursos, bem como os direitos assumidos e os meios obtidos na transmissão de bens e dos serviços prestados. E transmite, sob forma adequada, aos diferentes utentes, os resultados dessas valorizações (...) ”

Quer isto dizer que, a contabilidade ao prestar informações económico-financeiras e proporcionar um conhecimento, tanto quanto possível real, da situação económica e financeira da empresa, constitui um veículo de comunicação entre a empresa e a sociedade (Fortes, 1997, p. 7).

É através das demonstrações financeiras que a informação chega ao exterior da entidade, permitindo reduzir a incerteza dos decisores e, consequentemente, possibilitando a tomada de decisões julgadas preferíveis em qualquer momento (Fortes, 1997, p.7).

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras é da responsabilidade exclusiva dos órgãos de gestão das empresas, pelo que os seus utilizadores (*stakeholders*¹) esperam que o produto dessas informações seja claro e cumpra determinados requisitos² (Costa e Alves, 2008, p.37; Faria, 2007, p.224).

Assim sendo, para que a informação financeira seja útil deve ser capaz de influenciar e apoiar as decisões dos utilizadores, isto é, ser relevante no que respeita à natureza da informação divulgada, fiável relativamente à isenção de erros materiais e, ainda, comparável entre os diferentes exercícios económicos e entre empresas do sector.

A forma mais usual de garantir a qualidade da informação financeira será através da determinação destes requisitos, para que a contabilidade cumpra a sua função de possibilitar aos utilizadores uma adequada avaliação dos riscos e permita a melhoria e racionalização do processo de decisão (David Alexander, 1999)³.

Este diversificado conjunto de utilizadores procura informações que possam sustentar as suas decisões económicas, como por exemplo, a procura de dados que lhes permitam:

“ (...) decidir comprar, deter ou vender um investimento; determinar a capacidade da empresa pagar e proporcionar outros benefícios aos seus

¹ Considerados os principais destinatários (actuais ou potenciais) da informação, como sejam, os investidores, financiadores, colaboradores, fornecedores, clientes, entidades públicas e público em geral, que poderão vir a ser afectados positiva ou negativamente pelos resultados que a entidade lhes apresenta.

² Relativos às características qualitativas da informação financeira e aos princípios contabilísticos, que poderão ser consultados com maior detalhe no Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade (POC), ainda em vigor. No entanto, este Decreto-Lei será a muito curto prazo substituído pelo novo modelo de normalização contabilística, estando prevista a sua entrada em vigor já no próximo ano de 2010.

³ ALEXANDER, D. (1999), “A benchmark for the adequacy of published financial statements”, *in Accounting and Business Research*, 29 (3), p. 239-253. (Citado por Barbadillo e Aguilar, 2002, p.547).

colaboradores; determinar a segurança das quantias emprestadas à empresa; determinar as políticas de impostos; determinar os lucros distribuíveis e dividendos; regular as actividades da empresa (...)” (Costa e Alves, 2008, p. 38).

A utilidade destes atributos é incontestável, uma vez que, na maioria dos casos os destinatários da informação não coincidem com os responsáveis pela sua elaboração e, ainda, porque a veracidade da informação divulgada poderá necessitar de ser validada, já que as práticas contabilísticas seguidas pelas empresas, aproveitando a natureza flexível dos princípios contabilísticos, podem não garantir, plenamente, a fiabilidade, a objectividade e o interesse das contas (Monterrey Moyoral, 1987)⁴.

As empresas poderão adoptar políticas contabilísticas com o intuito de melhorar a imagem financeira que é comunicada ao exterior de modo a influenciar os utilizadores nas suas decisões. A empresa consegue desta forma alcançar os objectivos e previsões traçados.

A margem de subjectividade de alguns temas e a multiplicidade de transacções poderá favorecer a manipulação dos resultados através do desvio aos princípios contabilísticos e incumprimento dos requisitos qualitativos da informação (distorção da imagem “verdadeira e apropriada” da posição financeira da empresa).

Esta é uma realidade cada vez mais frequente, sendo nos últimos anos assumida como uma preocupação dos organismos reguladores. Segundo Gonçalves (2005, p.36) este tema reveste-se de interesse actual, “tanto mais que no nosso país este fenómeno arrasta consigo demasiados adeptos e praticantes”.

O aproveitamento dos vazios das normas contabilísticas e a possibilidade de escolher diferentes práticas de valorização transforma e dissimula a informação que deveria constar das demonstrações financeiras de uma entidade, numa realidade que se ambicione mais apetecível. Estes comportamentos criam um clima de desconfiança entre os agentes económicos, diminuindo a fiabilidade atribuída à informação financeira divulgada.

Como forma de dar credibilidade às demonstrações financeiras é usual as empresas recorrerem aos serviços prestados por entidades externas, que expressem uma opinião

⁴ MAYORAL, M. (1987), “En torno a los requisitos de la información contable, in Técnica Contable, Agosto, Madrid. (Citado por Fortes, 1997, p.12).

profissional e independente, baseada no exame que efectuaram à informação financeira (Costa e Alves, 2008, p.37).

A sociedade exige a intervenção destes mecanismos de controlo externo que garantam a credibilidade da informação contabilística, pois a existência de normas reguladoras do comportamento contabilístico das empresas não garante, em qualquer situação, que a informação divulgada pelas empresas seja útil e verdadeira (Barbadillo e Aguilar, 2002, p.547).

Esta garantia adicional da informação financeira é conseguida através do processo de auditoria, uma vez que, “ (...) os utilizadores da informação contabilística têm maior confiança nos elementos auditados porque se trata de uma informação que resulta da verificação de erros e fraudes” (Faria, 2007, p. 227).

Segundo Rodrigues (2008, P.26) os ajustamentos contabilísticos que são normalmente reportados pelos auditores independentes surgem essencialmente por três vias distintas: erros contabilísticos, aplicação de determinadas regras fiscais em detrimento dos princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA), ou manipulação dos resultados (contabilidade criativa) levadas a cabo pela gestão da entidade.

Sendo a manipulação dos resultados uma das causas para a existência de ajustamentos contabilísticos, poderia dizer-se que existe uma relação directa entre a auditoria e a detecção de manipulação dos resultados. Quer isto dizer que, quanto mais eficaz se demonstrar o papel do revisor maior será a probabilidade de detectar situações anormais (criativas) que resultem da manipulação da informação financeira.

Efectivamente, muitas práticas que se podem denominar de gestão dos resultados são realizadas através do incumprimento dos princípios e adulteração das características da informação financeira. Cabe aos Revisores Oficiais de Contas (ROC) desenvolver procedimentos que assegurem a isenção de tais erros e/ou fraudes na informação financeira.

1.2. GESTÃO DOS RESULTADOS

A gestão dos resultados contabilísticos é um tema que tem vindo a suscitar o interesse de vários autores, académicos e não académicos, tanto nas áreas da Contabilidade, Auditoria e Fiscalidade como nas áreas da Economia e do Direito. Eles investigam este longo fenómeno e tentam descortinar alguns dos motivos que possam explicar o seu desenvolvimento nos últimos tempos.

Estes comportamentos são conhecidos pela sua origem anglo-saxónica e denominados de “*earnings management*”, quando traduzido para português pretende denotar, por um lado a palavra “*earnings*” que significa resultado, e, por outro, “*management*” como sendo o acto de gerir ou manusear. Assim, o termo “*earnings management*” é a expressão utilizada para fazer referência a uma inadequada gestão dos resultados⁵, feita com a intenção de alterar a verdadeira imagem de uma entidade para alcançar os resultados desejados.

Ao longo dos anos, muitos autores têm exposto nos seus estudos as mais variadas perspectivas sobre a criação destes artifícios, o que favorece a existência de diferentes interpretações sobre a expressão “*earnings management*”.

Estas manifestações nos resultados empresariais, alertam para o facto da contabilidade se poder tornar, quando desejado, num jogo contabilístico que consiste em manipular resultados. Esta astúcia tem por base a capacidade que cada “jogador” tem para distorcer os resultados sem ser descoberto, apresentando uma informação financeira que não representa a real situação dos factos patrimoniais (Ian Griffiths, 1998⁶; Michael Jameson, 1998⁷; Terry Smith, 1992⁸; Kamal Naser, 1993, p. 59).

Tais dissimulações favorecem a dificuldade em definir uma fronteira que distinga a gestão dos resultados legítima da ilegítima.

⁵ Em Portugal, na abordagem desta problemática, é comum utilizar-se como sinónimos ao termo “gestão dos resultados” as expressões “contabilidade criativa”, “manipulação dos resultados”, “engenharia contabilística”, “artifícios contabilísticos”, entre outras.

⁶ GRIFFITHS, B. (1986), “Creative Accounting”, Londres: Sidgwich & Jackson. (Citado por Amat e Blake, 2002, p.11).

⁷ JAMESON, M. (1988), “A practical guide to creative accounting”, Londres: Kogan Page. (Citado por Amat e Blake, 2002, p. 11).

⁸ SMITH, T. (1992), “Accounting for Growth”, Londres: Century Business. (Citado por Amat e Blake, 2002, p.11).

Existem situações, onde se manipulam os resultados, que não quebram a essência das normas contabilísticas e, portanto, são descritas como uma realidade encoberta por uma farsa legítima (Ian Griffiths, 1998⁶; Michael Jameson, 1998⁷).

Em perspectivas mais abrangentes, engloba-se também a possibilidade de fraude, estando implícita a violação das normas contabilísticas (José Gadea e Susana Callao, 1999⁹; José Juan Lang, 1998, p.36; Naser, 1993, p.59).

Contudo, estes comportamentos são essencialmente atribuídos à permissividade e flexibilidade das regras contabilísticas. Invoca-se a possibilidade de escolha entre diferentes alternativas de valorização oferecidas pelas normas existentes, como a principal causa para a utilização indevida de práticas criativas na contabilidade com vista a atingir determinado benefício (Kamal Naser, 1993, p.59; Michael Jameson, 1998⁷; José Juan Lang, 1998, p.34; José Gadea e Susana Callao, 1999⁹; Ferreira, 2003, p. 48).

Existem ainda autores que sugerem que a utilização destas práticas criativas terá também repercussões no plano fiscal. Este ponto de vista considera que sendo o resultado de imposto apurado com base nas regras da contabilidade, a gestão dos resultados poderá vir a ser utilizada como forma de espelhar a desejada imagem fiscal e societária da entidade (Faria, 2007, p.225).

Esta explanação de perspectivas permite concluir que, apesar do interesse que é atribuído a esta temática e a sua manifesta actualidade, não é fácil encontrar dentro da vasta literatura uma definição clara e singular do termo. Sobre o seu significado são múltiplas as definições que surgem: para uns, é uma prática enganosa e indesejada; para outros, um esquema que, dolosamente, manipula a realidade financeira de uma entidade.

Alguns autores justificam estas divergências pela grande complexidade que recai sobre este tema. De acordo com Kraemer (2004, p.3):

“ Este fenómeno envolve aspectos controversos relacionados com a ética, o conceito de imagem fiel, o paradigma da utilidade da informação e dos relatórios contabilísticos e a fraude, os quais ainda são difíceis de ser avaliados de forma efectiva no quotidiano empresarial”.

⁹ LAINEZ, J.A., CALLAO, S. (1999), “Contabilidad Creativa”, Cívitas Ediciones, Madrid, España. (Citado por Kraemer, 2004, p.3)

Independentemente do objectivo que a empresa pretenda atingir, a literatura assume a existência de manipulações nos resultados contabilísticos como uma certeza, embora nem sempre esta criatividade possa ser comprovada na realidade. “As contas anuais podem parecer impecáveis no plano jurídico formal e estarem “temperadas” com amplas doses de criatividade, sem que do exterior da empresa seja possível detectar a manipulação” (José Cea García, 1994¹⁰).

Estas situações criam nos agentes económicos alguma descrença quanto à utilidade da informação contabilística e dos relatórios de auditoria que a acompanham, principalmente nos casos em que após serem lançadas no mercado informações favoráveis dos lucros atingidos, as empresas entram em “inexplicáveis” declives. Nestes casos, a “contabilidade financeira transforma-se num sistema de informação, moldado para servir a imagem da empresa e/ou a dos seus órgãos de gestão, alheando-se dos objectivos e da teoria que a informa” (Fortes, 1997, p.23).

Como refere Naser (1993, p.2) para além da flexibilidade de escolha dos agentes, existe também a possibilidade de se esconder no próprio sistema as escolhas que foram efectuadas. Assim, a contabilidade criativa poderá variar entre técnicas que são mostradas abertamente e outras que, pelo seu carácter sofisticado, não são detectadas no trabalho de auditoria.

1.2.1. Gestão dos resultados legítima Vs ilegítima

A gestão dos resultados pressupõe a distorção da informação contabilística dentro da permissividade da legislação e dos princípios contabilísticos. Contudo, não se exclui a possibilidade de ocorrência de actuações fraudulentas por parte dos gestores, uma vez que estas técnicas se realizam sobre uma ténue barreira que separa a legalidade da fraude contabilística (Lang, 1998, p.34).

Pinheiro (2008, p.13) considera que “não é clara na maioria dos casos a distinção entre as práticas que respeitam tais princípios e aquelas que se podem classificar como fraudulentas (...)”. Esta dificuldade está relacionada com a principal característica da manipulação, que “é o não ser directa e imediatamente detectável a partir da mera análise dos relatórios

¹⁰ CEA, J.L. (1994), “El resultado contable periódico: análisis critico de la medición del excedente económico empresarial”, AECA, Madrid. (Citado por Gonçalves, 2005, p.37).

financeiros”, pelo que o carácter legítimo ou ilegítimo da actuação não é facilmente preceptivo (Moreira, 2008, p.115).

Como realça Pinheiro (2008, p.14) citando Paul Healy e James Wahlen (1999)¹¹ “independentemente da natureza legal das práticas contabilísticas subjacentes, ressalta claro que ambas contribuem para a distorção da informação financeira, reduzindo a comparabilidade e transparência da mesma”.

A gestão dos resultados poderá constituir um importante indicativo de uma situação de elevada pressão sobre os gestores e de um comportamento abaixo dos mais elevados padrões éticos. Assim, estas meias verdades ou puras falsidades podem ser interpretadas como indicativo de fraude contabilística (Amat e Blake, 2002, p.20).

Amat e Blake (2002, p.20) defendem que existe uma clara diferença entre a transgressão deliberada da legislação e a actuação dentro da lei da gestão dos resultados. Contudo, os autores consideram que é possível encontrar dois importantes pontos em comum entre a legítima gestão dos resultados e a ilegítima, como sejam:

1. Em ambos os casos existe a intenção de enganar;
2. Frequentemente, os dois casos são uma resposta às dificuldades financeiras da entidade.

Desta forma, sempre que no presente estudo se faça referência a práticas de gestão dos resultados, estas poderão estar ou não em conformidade com a legislação e com os princípios contabilísticos, devido à grande dificuldade que existe na sua classificação.

1.2.2. Técnicas de gestão dos resultados

A contabilidade enquanto arte criativa é classificada de várias formas, onde o seu criador procura, astuciosamente, “embelezar” a sua obra. Amat e Blake (2002, p.12) classificam as diferentes técnicas que poderão favorecer a existência destas práticas, entre as quais se destacam:

¹¹ HEALY, P., WAHLEN, J. (1999), “A review of the earnings management literature and its implications for standard settings”, *Accounting Horizons*, vol. 13, nº 4, p. 365-383.

1. A permissividade de escolha entre diferentes métodos contabilísticos proporcionada pelo normativo contabilístico, tal como é conhecido.

Por exemplo, a possibilidade de uma empresa optar por uma política de considerar os custos com despesas de desenvolvimento no momento em que se realizam, ou amortizá-los ao longo da vida do projecto em causa. A empresa interessada na contabilidade criativa poderá escolher a política contabilística que permita a obtenção da imagem pretendida.

2. A existência de certos registos contabilísticos que implicam um apreciável conteúdo de estimativas, opiniões e previsões.

A estimativa de vida útil de um activo para calcular a sua amortização é realizada internamente na empresa e o contabilista criativo tem a possibilidade de ser mais ou menos optimista na estimativa.

3. O registo de transacções artificiais, tanto para manipular valores de balanço, como para transferir proveitos entre diferentes exercícios contabilísticos.

4. A programação de determinadas transacções extraordinárias para que se dê a impressão contabilística desejada.

Por exemplo, suponhamos que uma empresa tem um imóvel valorizado ao custo histórico, por um milhão de euros que pode actualmente ser facilmente vendido por três milhões de euros. A administração da empresa pode decidir em que ano irá proceder à venda do investimento, e como tal, qual o exercício em que os proveitos sofrerão um incremento.

5. A alteração dos critérios contabilísticos de um ano para o outro, continuando mesmo assim a satisfazer o princípio contabilístico da consistência¹².

De facto, e de acordo com Rodrigues (2008, p.31) este princípio pode, em situações excepcionais, ser derogado, em determinado exercício económico, desde que a operação não usual tenha como objectivo melhorar e/ou manter a imagem verdadeira e apropriada transmitida pelas demonstrações financeiras da empresa, desde que tal facto seja divulgado no anexo¹³. Este autor justifica a utilização desta prática pelo facto de as notas do anexo não terem o mesmo impacto que tem uma demonstração dos resultados.

¹² Conforme o POC (2005, p.16) este princípio “considera que a empresa não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Se o fizer e a alteração tiver efeitos materialmente relevantes, esta deve ser referida de acordo com o anexo (nota 1) ”.

¹³ Segundo o POC (2005, p.407) a nota do anexo em que tal derrogação deverá ser mencionada é a nota 1 – “Indicação das disposições do POC que, em casos excepcionais, foram derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa”.

1.2.3. Diferentes modos de manifestação

De acordo com Amat e Blake (2002, p.14), as diferentes técnicas supracitadas poderão gerar práticas concretas de gestão dos resultados, a saber:

1. Aumento ou redução de gastos

Por exemplo, o uso de tabelas de amortizações permite escolher a percentagem de amortização anual entre um limite máximo e um limite mínimo. Assim, se existe interesse em aumentar resultados amortiza-se menos, e vice-versa. Algo parecido poderia indicar-se em relação aos ajustamentos como os relativos à depreciação de existências, ou para dívidas de cobrança duvidosa.

2. Aumento ou redução de proveitos

Em alguns casos é possível atrasar ou adiantar o reconhecimento de proveitos, em virtude de princípios tais como o da prudência ou o da especialização dos exercícios.

3. Aumento ou redução de activos

Como já mencionado, existe uma margem de manobra em relação à quantificação das amortizações ou de certos ajustamentos. Assim, existe a possibilidade de aumentar o valor líquido dos activos correspondentes. Isto afectará não só o imobilizado como também as existências. Estas últimas podem ser manipuladas, por exemplo, fazendo variar o valor total associado às quantidades de matérias existentes ou alterando os seus custos unitários. Tais comportamentos afectam o custo total das vendas e o resultado.

4. Aumento ou redução dos capitais próprios

As modificações nos gastos e proveitos, como se expôs anteriormente, afectam os lucros ou os prejuízos, e portanto, as reservas de capital. Desta forma, altera-se a proporção entre dívidas e capitais próprios, com os correspondentes efeitos nos indicadores de endividamento.

5. Aumento ou redução de dívidas

Trata-se, por exemplo, de reduzir os níveis de endividamento, aparentando uma menor exposição quanto ao risco. Nestes casos a empresa procede a uma incorrecta classificação temporal das dívidas a terceiros.

6. Reclassificação de activos e passivos

Há casos em que pode existir uma certa margem na hora de determinar se um bem vai a uma classe patrimonial ou a outra, apresentando-se o caso de certos elementos que tanto se podem contabilizar como imobilizado, ou como existências. Esta possibilidade pode afectar as relações entre as diversas classes patrimoniais e, por isso, alterar os rácios que permitem avaliar aspectos como a liquidez.

7. Informação incluída no anexo e no relatório de gestão

Existe a possibilidade de se incluir mais ou menos informação no anexo e no relatório de gestão, o que conduz a possíveis efeitos na opinião a influenciar.

8. Apresentação da informação financeira

Por exemplo, a escolha de uma escala no eixo horizontal ou vertical de um gráfico pode modificar substancialmente a impressão visual causada pelos dados nele incluídos.

1.2.4. Formas de evitar o fenómeno

Existem inúmeras formas de contornar o sistema contabilístico, manipular a informação financeira e fugir ao cumprimento dos PCGA, o que dificulta a tarefa daqueles que tentam regular este fenómeno e os obriga a estudar cada um dos casos individualmente.

Amat e Blake (2002, p.16) fazem referência a algumas dessas formas, considerando que o normalizador, enquanto moderador da prática de gestão dos resultados, deve moldar a sua forma de actuação, dependendo do tipo de prática criativa que encontra, salientando as seguintes:

1. Relativamente à permissividade de escolha entre diferentes métodos contabilísticos:

Os normalizadores devem reduzir a quantidade de métodos permitidos e especificar as circunstâncias de utilização de cada um deles;

Por outro lado, deve ser exigida uniformidade na utilização dos métodos, ou seja, quando uma empresa opta pela utilização de determinado método porque lhe dá a imagem desejada para esse ano, deverá utilizar o mesmo método em circunstâncias futuras.

2. Em relação à possibilidade de utilização abusiva de opiniões dos gestores:

Poderá ser moderada de duas formas: concepção de normas que minimizem a utilização de opiniões e revisão às contas, onde os auditores têm o papel de identificar os registos contabilísticos desonestos.

3. Relativamente às transacções extraordinárias:

A direcção da entidade decide o momento da realização destas transacções. No entanto, a amplitude da sua utilização pode ser limitada se forem requeridas avaliações regulares dos itens das contas, para que os ganhos ou perdas se possam identificar nas contas em cada ano, no momento em que se realizam, em lugar de aparecerem apenas no ano em que é alienado o activo em questão.

Constata-se que é aos organismos fiscalizadores e reguladores da actividade contabilística que cabe o poder de obstruir os avanços deste fenómeno, existindo a necessidade de

reforçar o papel do auditor para que se consiga combater eficazmente o problema (Faria, 2007, p. 227; Gonçalves, 2005, p.45).

No entanto, para que estes profissionais encontrem formas de atenuar a propagação deste tipo de práticas, será fundamental conhecer quais os pontos flexíveis do sistema contabilístico que a tornam possível, mas também quais os motivos que a originam dentro de uma entidade – *o que leva uma empresa a adoptar práticas de gestão dos resultados?*

Segundo Naser (1993, p.59), estas práticas resultam na satisfação das necessidades individuais das empresas, pelo que é importante questionar quais serão os motivos que levam a entidade a praticar tais engenhos contabilísticos. O autor acredita que a resposta dará a chave para a explicação da crescente popularidade dos sistemas de contabilidade criativa.

Nesta matéria Fortes (1997, p.29) acredita que se pode encontrar uma resposta através da “análise das motivações de investidores, sócios e accionistas, e do comportamento esperado dos órgãos de gestão e/ou de administração”.

Quer isto dizer que, a permissividade de escolha que o sistema contabilístico oferece, aliada aos fortes incentivos que levam os profissionais a adoptar este tipo de práticas são a combinação perfeita para que se alastre o fenómeno da gestão dos resultados.

1.2.5. Incentivos à gestão dos resultados contabilísticos

Várias são as razões que levam os responsáveis das empresas à adopção de práticas contabilísticas criativas. Estes estímulos, denominados pelos vários autores de incentivos à gestão dos resultados, surgem das mais variadas formas e pretendem sempre obter algum benefício pela via da manipulação da informação apresentada nas demonstrações financeiras.

A gestão dos resultados apenas ocorre quando existem incentivos que levam a relatar resultados superiores ou inferiores àqueles que se obteriam sem a intervenção activa da gestão da entidade (Pinheiro, 2008, p.19).

Estas medidas de intenção manipuladora surgem como consequência aos diferentes estímulos a que os gestores estão expostos. Este tipo de gestão pode ser considerada, por

um lado, “positiva” quando dela se espera benefício, seja ele pessoal ou colectivo, e por outro, “negativa” se a expectativa é a de que se diminuam custos (Moreira, 2008, p.116).

Contudo, os gestores apenas recorrem à gestão dos resultados se os benefícios que esperam retirar forem superiores aos potenciais custos associados, uma vez que não pretendem colocar em risco a reputação e credibilidade da entidade (Oliveira, 2008, p.14).

A dificuldade em detectar práticas de gestão dos resultados torna imprescindível o conhecimento dos diferentes incentivos que motivam os gestores à sua execução, em determinado momento e em diferentes contextos económicos. Só assim se poderá intuir a natureza e direcção de potenciais distorções incluídas nos resultados (Moreira, 2008, p.116).

1.2.5.1. Os Incentivos na realidade anglo-saxónica

1 Incentivos derivados do mercado de capitais

O mercado de capitais pode “ (...) constituir um incentivo para os gestores, quer para a manipulação positiva dos resultados, quer negativa, dependendo do contexto onde a empresa se insere”. A empresa que opta por este tipo de gestão tem como “propósito modificar a percepção do risco por parte do mercado (...)” (Pinheiro, 2008, p.20).

Esta preocupação quanto ao risco pode levar o mercado e seus participantes a ser iludidos pela gestão dos resultados, pois a informação é manipulada com o objectivo de se atingirem determinados *benchmarks*, tais como o reporte de lucros, a demonstração de resultados em crescimento ou a satisfação das previsões dos analistas (Viana, 2005, p.8).

Os gestores sentem-se motivados a reportar resultados que correspondam às expectativas dos analistas e investidores, tendo em vista a satisfação destes agentes e consequentemente a boa cotação dos títulos. Se as “expectativas dos investidores saem defraudadas a respectiva relação com as empresas deteriora-se e os gestores podem vir a ser prejudicados” (Moreira, 2008, p.117).

2 Incentivos derivados dos contratos

De acordo com Ross Watts e Jerold Zimmerman (1978¹⁴), a existência de contratos que ocorrem entre as empresas e os *stakeholders* é frequentemente supervisionada com recurso a indicadores baseados na informação contabilística. No entanto, a flexibilidade e subjectividade subjacente aos PCGA deixa espaço para que os gestores possam influenciar o resultado dos processos contratuais, manipulando a informação contabilística neles contida.

Grande parte da literatura sobre este género de incentivos identifica, nestes casos, dois tipos de contratos específicos, como sejam:

Contratos de dívida: Implicam a existência de penalidades como forma de os financiadores se protegerem¹⁵ caso as cláusulas contratuais sejam violadas e o seu financiamento seja comprometido. Desta forma, poderá existir um incentivo para manipular resultados com vista a reportar resultados superiores e atingir determinados rácios, minimizando a probabilidade de incumprimento das cláusulas contratuais. (Mark Defond e James Jiambalvo, 1994¹⁶; Anthony Sweeney, 1994¹⁷; Ross Watts e Jerold Zimmerman, 1986¹⁸).

Contratos remuneratórios: Com o objectivo de alinhar os interesses dos gestores com os dos accionistas, uma parte da remuneração, a chamada componente variável, é frequentemente indexada a medidas de desempenho. Nestes casos, a empresa adopta planos de compensações indexados aos resultados contabilísticos ou ao preço das acções, o que poderá incentivar os gestores a adoptarem políticas contabilísticas que maximizem a sua remuneração. (Paul Healy, 1985¹⁹; Gaver et al, 1995²⁰; Anthony Sweeney, 1994¹⁷; Ross Watts e Jerold Zimmerman, 1986¹⁸).

¹⁴ WATTS, R., ZIMMERMAN, J. (1978), "Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards" – *The Accounting Review*, vol. LIII, nº 1, January, pp. 112-134. (Citado por Oliveira, 2008, p.18).

¹⁵ Como por exemplo a exigência imediata do reembolso da dívida ou aumento da taxa de juro.

¹⁶ DEFOND, M. L., JIAMBALVO, J. (1994), "Debt Covenant Violation and Manipulation of Accruals", *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 17, pp. 145-176. (Citado por Barroso, 2009, p.13).

¹⁷ SWEENEY, A. P. (1994), "Debt-covenant violation and managers' accounting responses", *Journal of Accounting and Economics* (May), pp. 281-308. (Citado por Barroso, 2009, p.13).

¹⁸ WATTS, R. L. e ZIMMERMAN, J. (1986), *Positive Accounting Theory*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jersey. (Citado por Viana, 2008, p.11).

¹⁹ HEALY, P. M. (1985), "The Effect of Bonus Schemes on Accounting Decisions", *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 7, pp. 85-107. (Citado por Barroso, 2009, p.13).

3 Incentivos derivados da regulação

Barroso (2009, p.13), ao citar Ross Watts e Jerold Zimmerman (1978¹⁴) refere que “a informação contabilística é usada pelas autoridades como forma de aferir e justificar a conformidade da actuação da empresa face à lei (...)”. O autor acrescenta que os gestores se sentem incentivados a escolher determinadas políticas contabilísticas discricionárias que, actuando sobre os resultados, evitem a intervenção do órgão regulador.

1.2.5.2. Os incentivos na realidade portuguesa

Em Portugal, o tecido empresarial é bem diferente do caso “Americano”, predominando as pequenas e médias empresas (PME²¹) em ambiente caracterizado pelo fraco mercado de capitais. Tendo em consideração que os incentivos resultam de estímulos originados pelo contexto económico e legal em que a empresa se move, os incentivos anglo-saxónicos não se ajustam à realidade do quotidiano empresarial português (Moreira, 2008, p.116).

Segundo Moreira (2006, p.7) existem três aspectos caracterizadores do contexto económico e legal português, como sejam:

1. Predominância de PME, normalmente, geridas pelos seus proprietários;
2. Mercado de capitais composto por um reduzido número de empresas de média dimensão;
3. Sistema contabilístico legalmente regulamentado e intimamente relacionado com o sistema fiscal.

Neste contexto, as empresas portuguesas possuem essencialmente dois principais incentivos para a gestão dos resultados. A escassa literatura que versa sobre o caso português retrata a existência de uma forte motivação por parte destas empresas em minimizar o seu imposto sobre o rendimento, não esquecendo, porém, a sua grande necessidade de financiamento junto do sistema bancário.

²⁰ GAVER, J. J., GAVER, K. M., AUSTIN, J. R. (1995), “Additional evidence on bonus plans and income management”, *Journal of Accounting and Economics* 19, pp.3-38. (Citado por Barroso, 2009, p.13).

²¹ Uma empresa na categoria das PME – micro, pequena ou média empresa –, de acordo com o Decreto de Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro, é definida de pequena empresa quando emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou do balanço total anual não excede os 10 milhões de euros. Na categoria de PME, uma micro empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede os 2 milhões de euros.

Uma vez que o sistema contabilístico português é caracterizado pela sua estreita relação com o sistema fiscal, onde a contabilidade é a base de apuramento do imposto sobre o rendimento a pagar, as empresas poderão aproveitar a flexibilidade das normas contabilísticas para reduzirem os seus resultados e, conseqüentemente, pagarem menos imposto.

Moreira (2006, p.21) provou empiricamente que o incentivo fiscal motiva as empresas a adoptarem medidas que reduzam a sua factura fiscal, demonstrando que existe um forte predisposição para evitar perdas. O que se verificava, especialmente, em empresas cuja gerência é também uma função do proprietário.

Este é um incentivo fiscal que não tem como finalidade reportar resultados negativos. Este tipo de reporte é evitado sob pena de as empresas se verem confrontadas com auditorias fiscais e ainda porque a entidade está, na maioria das vezes, obrigada a um pagamento mínimo de imposto (Pagamento Especial por Conta²²), não existindo incentivo para reportar resultados inferiores a esse montante (Moreira, 2008, p.118).

O segundo incentivo traduz-se pela relação entre as empresas e as instituições bancárias e, é visto como de força contrária ao anteriormente referido. Se, no primeiro caso, a intenção era a diminuição dos resultados para que se visse baixar o montante de imposto a pagar, neste segundo exemplo esta atitude pode criar o efeito inverso no que respeita à obtenção de financiamento bancário.

Nesta matéria, António Martins (2007)²³ apresenta como principal limitação ao financiamento das PME em Portugal a ausência de revisão/auditoria às contas feita por um profissional independente que controle os dados contabilísticos e fiscais destas entidades.

De facto, esta dificuldade de relação entre as PME e o sistema bancário caracterizadora da economia portuguesa induz as empresas a reportarem resultados mais elevados de forma a melhorar a imagem das demonstrações financeiras e alcançar o apoio pretendido.

²² Obrigação imposta pelo Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) no seu artigo 98.º, nº 2.

²³ MARTINS, A. (2007), “Aspectos da gestão financeira das PME”, in *Jornal de Contabilidade*, 361, Abril, Lisboa, APOTEC, P. 133-136. (Citado por Rodrigues, 2008, p.33).

Após testar este incentivo, Moreira (2006, p.21) concluiu que as empresas com elevada necessidade de financiamento direccionam os seus esforços no sentido oposto ao do incentivo fiscal. Este autor comprova que, num ambiente onde as empresas recolhem a maioria dos seus fundos através dos bancos, a forma de conseguir e manter tais apoios financeiros é através da apresentação de informação de qualidade e de resultados sustentados.

1.3. AUDITORIA COMO ENTRAVE À GESTÃO DOS RESULTADOS NAS PME

Com o decorrer dos tempos, o conceito da auditoria foi-se alterando e modificando as suas bases de sustentação. De facto, e de acordo com os vários autores, entendia-se que, nos inícios da década de oitenta, o principal objectivo da auditoria seria a detecção de erros e/ou fraudes, onde o auditor se baseava fundamentalmente em provas verbais, procurando detectar e prevenir situações anormais (Costa, 2007, p.48).

Gonçalves (2008, p.25) considera que:

“ É devido às profundas mudanças ocorridas no ambiente de negócios, no modo de funcionamento e de suporte das operações das empresas, que nos últimos trinta anos, a auditoria sentiu uma pressão significativa para evoluir e encontrar respostas a um meio empresarial cada vez mais complexo”.

Esta crescente complexidade e o risco inerente aos negócios trouxe uma maior desconfiança e preocupação acerca da realidade económica e financeira que as empresas transmitem ao mercado, tornando-se para estas entidades imprescindível a necessidade de confirmar perante os utilizadores a veracidade da informação financeira divulgada.

É neste sentido que, após lhe serem traçados inúmeros objectivos e outras tantas definições, a auditoria é hoje vista como um exame de controlo de qualidade e garantia de fiabilidade da informação prestada pelas organizações, onde avaliar o risco de fraude é novamente uma das muitas competências do auditor.

O auditor deve ser capaz de identificar e avaliar toda a informação que é gerada pela empresa, o que lhe irá permitir, por um lado, alcançar um ajustado juízo profissional, e por outro, criar um real impacto na gestão dos resultados empresariais. Quanto mais o auditor conhece, ou quanto maior é o seu volume de informação, maiores serão as condições para

que detecte situações anormais, tome decisões acertadas e adopte estratégias eficientes o que poderá, conforme o caso, resultar na constituição de significativos ajustamentos contabilísticos com impacto nos resultados.

Uma das maiores preocupações dos utilizadores da informação empresarial é a possibilidade da gestão vir a manipular os resultados contabilísticos como forma de dissimular as demonstrações financeiras, o que os poderá levar a incorrer numa má escolha suportada em informações viciadas.

Nos últimos anos, muitos foram aqueles que afirmaram que a fiabilidade da informação financeira poderá estar posta em causa. Veja-se, por exemplo, o caso da exposição pública dos últimos escândalos financeiros²⁴, que todos tivemos oportunidade de presenciar, como a falência fraudulenta de várias e prestigiadas empresas um pouco por todo o mundo, onde se tornou visível a agitação e insegurança nos mercados, agravando ainda mais a fasquia de responsabilidade imposta ao auditor enquanto profissional independente.

A sucessão destes escândalos em empresas internacionais de elevado prestígio põe em causa a figura do auditor externo, como profissional independente e imparcial, surgindo no mercado um clima de desconfiança quanto à transparência e credibilidade da informação financeira (Borrvalho, 2008, p.326; Costa, 2007, p.145).

Por estes motivos, este é um tema que tem vindo a merecer a atenção de vários organismos, incluindo das entidades envolvidas na elaboração, apresentação e credibilização das normas de auditoria. Estes organismos tentam reformular e criar normas capazes de auxiliar os auditores na sua árdua tarefa de identificar possíveis distorções materiais na informação financeira empresarial devido a fraude ou erro, de forma a credibilizar o trabalho por ele desenvolvido.

Estes escândalos contribuíram para que se questionassem as normas de auditoria em vigor, tendo-se dado início a um processo de reforma das normas reguladoras. Ao nível internacional, o *International Audit and Assurance Standard Board* (IAASB) da *International Federation of Accountants* (IFAC), iniciou um profundo processo de revisão das *International Standard on Auditing* (ISA) (Freitas, 2007, p.136).

²⁴ Como por exemplo a Eron (2001) e a Parmalat (2003) nos Estados Unidos.

Adicionalmente, este autor relembra que a União Europeia, tem vindo a trabalhar sobre estes temas desde 1996 com a publicação do livro verde sobre “O Papel, Estatuto e a Responsabilidade dos Revisores Oficiais de Contas na UE”, onde se iniciou um processo formal de modernização da Oitava Directiva²⁵ relativa à certificação legal das contas anuais e consolidadas cujo texto final foi publicado em Junho de 2006 no Jornal Oficial da União Europeia e transposta para a nossa legislação através do Decreto-Lei n.º 225/2008 de 20 de Novembro.

É com este Decreto-Lei criado em Portugal o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA), que se pretende seja responsável final pela supervisão do exercício da actividade de auditoria (ROC e SROC) e, simultaneamente, assegure uma cooperação e coordenação eficazes entre Estados membros. Esta estrutura decorre da adopção a nível comunitário de um novo modelo de supervisão neste domínio marcado por características de independência.

Já nos Estados Unidos da América, fruto destes escândalos, evidencia-se a importância da criação da lei Sarbanes-Oxley, em 2002, que procura, segundo Oliveira, Lopes e Cunha (2008, p.101):

“Legislar sobre a actividade desenvolvida pelas empresas de auditoria, com objectivo último de evitar, no futuro, este tipo de problemas relacionados com o *reporting* financeiro e ajudar a recuperar novamente a confiança do público, em geral, e dos utilizadores, em particular, na informação financeira e na garantia da conformidade das práticas contabilísticas com as normas em vigor”.

De igual forma, tem-se, nos últimos tempos, olhado com especial atenção para as metodologias de auditoria no caso das PME, o que num país como Portugal toma especial importância. Incrementar e melhorar o desempenho das pequenas empresas, assegurar a qualidade das suas informações financeiras e evitar práticas de gestão dos resultados, foram os motivos que levaram a uma maior preocupação de auditoria em termos de controlo e prevenção nestas entidades.

²⁵ A revisão da 8ª Directiva foi um dos fortes motivos que levou à actualização da legislação societária nacional que estava em vigor desde 1986. Com este propósito foi criado o Decreto-Lei n.º 76 A/2006 de 29 de Março, que visava, entre outras, actualizar a legislação societária nacional, que carecia de uma revisão aprofundada atendendo, em particular, aos desenvolvimentos ocorridos na temática do governo das sociedades nos últimos anos, de forma a adaptar os modelos societários previstos no actual Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Nestas empresas o auditor desempenha funções acrescidas, que surgem como consequência directa das especificidades destas organizações, o que, como veremos adiante, pode colocar muitas vezes em jogo a independência e competência deste profissional.

1.3.1. Caracterização da auditoria no caso das PME

As PME vivem uma realidade muito específica com características particulares, onde o empresário e a empresa estão intimamente relacionados, acumulando muitas vezes o papel de gestor e proprietário, o que implica alguma atenção e cuidado em termos de auditoria.

A propósito desta realidade, Jesus, Rocha e Viana (2001, p.2) referem que:

“ O processo de auditoria deve, nestes casos, sofrer algumas adaptações sendo direccionado a um contexto económico onde a própria leitura das demonstrações financeiras e a interpretação dos rácios e indicadores económico-financeiros seja analisado numa perspectiva diferente pelo auditor e pelos próprios utilizadores da informação”.

O auditor não pode deixar de pensar na possibilidade de uma maior liberdade para a criação ou construção de práticas contabilísticas que possam vir a adulterar os resultados.

No caso das pequenas empresas, a existência de uma maior informalidade entre os relacionamentos propícia uma maior flexibilidade em termos de controlo de auditoria e poderá gerar uma maior liberdade para a gestão dos resultados.

Por outro lado, o facto dos encarregados da governação e gerência serem, muitas vezes, o mesmo indivíduo poderá resultar num conflito de interesses difícil de desvendar, o que lembra a falta de segregação de funções que é visível em muitas destas empresas e inevitavelmente remete a uma outra problemática que é o seu insuficiente controlo interno.

Nesta matéria, a crescente preocupação acerca do trabalho de auditoria a PME como forma de restringir e limitar as práticas de gestão dos resultados é demonstrada pelo IFAC, entre

outras, através da emissão da recomendação *International Auditing Practices Statement (IAPS) 1005*²⁶.

Esta recomendação identifica as considerações especiais que surgem na auditoria de pequenas empresas, orientando os auditores na aplicação das ISAs, uma vez que, estas são sempre de aplicação obrigatória, independentemente da dimensão da entidade. Estas considerações pretendem satisfazer as necessidades de adaptação da abordagem de auditoria às características das PME.

Para a IAPS 1005 (parágrafo 7) uma pequena entidade é aquela em que:

“ (a) exista concentração da propriedade e da gerência num pequeno número de indivíduos (muitas vezes um único indivíduo); (b) seja sempre encontrada uma ou mais das seguintes características: (i) poucas fontes de rendimento; (ii) registos de escrituração não-sofisticados; (iii) controlos internos limitados, juntamente com o potencial de derrogação de controlos pela gerência”.

Em termos gerais, as principais preocupações de uma auditoria a PME prendem-se precisamente com a definição anterior. Tendo as PME poucos ou um único proprietário, este irá ocupar uma posição de controlo e domínio absoluto dos aspectos de todo o negócio. Esta coincidência entre a gestão e a detenção do capital gera um abuso de poder por parte do proprietário/gerente que poderá pôr em causa os procedimentos de controlo interno e aumentar o risco de erro e/ou fraude.

Neste sentido o auditor deve procurar obter o máximo de esclarecimentos e informações junto do gestor/proprietário da entidade, prestando sempre especial atenção à fiabilidade dos dados e consequentemente ao nível de risco da auditoria, com o objectivo de evitar possíveis manipulações.

A auditoria a PME requer do auditor uma postura de total imparcialidade para que este não desempenhe funções de gerência nem tome decisões que seriam devidas a esta, onde a sua independência e objectividade prevaleçam. Contudo, isto não significa que o auditor não se preste, muitas vezes, e principalmente nestas entidades, a um papel de conselheiro da gestão.

²⁶ Recomendação Internacional de Práticas de Auditoria 1005 – “Considerações Especiais nas Auditorias a Pequenas Entidades”.

Ao longo dos tempos, as próprias ISAs vão tendo necessidade de se modificar e adaptar aos diferentes contextos económicos, para que continuem úteis e prestem um eficaz auxílio no trabalho de auditoria²⁷.

Em matéria de manipulação de resultados, de entre as várias actualizações, Borralho (2008, p.379) destaca a ISA 240 – “A Responsabilidade do Auditor ao Considerar a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras” (2002), revista em 2004 com o intuito de exigir aos auditores procedimentos para identificar os riscos de distorção material na informação financeira devidos a fraude.

Esta norma vem realçar que as distorções materiais detectadas nas demonstrações financeiras podem surgir por um de dois motivos distintos: por um lado, a existência de uma real intenção de distorção da informação e, por outro, o facto de se incorrer num puro erro não intencional²⁸. Caberá ao auditor verificar se essa fraude e/ou erro dão ou não origem a distorções consideradas materiais nas demonstrações financeiras.

No entanto, a responsabilidade pela existência de fraude nas demonstrações financeiras não é incumbida ao auditor, mas sim aos responsáveis da entidade e à sua gerência, desempenhando o auditor o papel de assegurar, com razoável segurança, a inexistência de distorção material nas demonstrações financeiras como um todo.

Neste contexto, a ISA 200 – “Objectivos e Princípios Gerais que Regem uma Auditoria de Demonstrações Financeiras” surge como forma de auxiliar o auditor estabelecendo normas e regras que o orientem no seu trabalho, e vem imputar à gerência a responsabilidade quanto à preparação, elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

Esta norma estabelece no seu parágrafo 2 que uma auditoria às demonstrações financeiras “pretende habilitar o auditor a expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com uma estrutura conceptual de relato financeiro aplicável”.

²⁷ Como é possível comprovar através da reforma efectuada às normas de auditoria que surgiu após o aparecimento dos escândalos financeiros já mencionados.

²⁸ A ISA 240, parágrafo 11 alínea a) define fraude como sendo um “acto intencional por um ou mais indivíduos entre a gerência, os encarregados da governação, os empregados ou terceiros, envolvendo o uso de enganar para obter uma vantagem injusta ou ilegal”. Por outro lado, o erro em auditoria refere-se a falhas não intencionais nas demonstrações financeiras, como por exemplo erros matemáticos ou de escrituração nos registos contabilísticos e a incorrecta aplicação de políticas contabilísticas.

Contudo, o facto de existir uma auditoria às demonstrações financeiras, não é por si só uma garantia de que não existem erros ou distorções na informação financeira. Como a própria ISA 200 o refere no parágrafo 18, “o auditor não consegue obter uma segurança absoluta acerca da inexistência de distorções materiais, nem da eficiência da gerência da entidade, pois existe sempre um risco de que a sua opinião seja inapropriada: o risco de auditoria”.

Como forma de minimizar o risco para valores aceitáveis, o auditor deve planear a auditoria de modo a efectuar um exame rigoroso de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites.

Neste plano de acção o auditor deve ter em consideração as características das PME que se poderão repercutir no seu trabalho de auditoria de diferentes formas, tanto ao nível do sistema de controlo interno pela possibilidade que existe de este ser contornado pela gestão, como ao nível da própria gestão e/ou dos seus responsáveis, pela forte ligação entre os mesmos (Gonçalves, 2004).

Segundo este autor, estes são aspectos que deverão ser devidamente tomados em consideração aquando do planeamento do trabalho numa PME, devendo os próprios utilizadores das demonstrações financeiras ter consciência desta realidade e manter níveis de expectativas²⁹ adequados quanto ao desempenho do auditor.

No caso concreto das PME, o autor acrescenta que é normal que os responsáveis de gestão vejam no auditor³⁰ um parceiro capaz de acrescentar valor ao seu trabalho, devendo este ter uma atitude de crítica e participar na procura de melhorias ao nível do sistema de controlo interno e contabilístico, assim como, na adequada identificação e avaliação dos riscos de negócio, partilhando sempre com o órgão de gestão as suas preocupações.

Neste sentido e com o objectivo de satisfazer as necessidades dos diferentes utilizadores, aumentar a segurança e auxiliar o trabalho de auditoria, em Dezembro de 2007, o IFAC publicou mais um documento que pretende apoiar a problemática que gira em torno da auditoria a PME.

²⁹ Esta diferença entre as expectativas dos utilizadores da informação financeira e a real situação das empresas relatada pelos auditores é conhecida pela expressão “*audit expectation gap*”.

³⁰ Volta-se aqui a frisar a importância do auditor como conselheiro de gestão nas PME.

Este documento, em simultâneo com a IAPS 1005, vem possibilitar a aplicação das ISAs no contexto das PME: “ *Guide to Using International Standards on Auditing in the Audits of Small-and Medium sized Entities*”³¹.

Segundo Gonçalves (2008, p.32) este “Guia” tem por objectivo apoiar os profissionais no decurso do processo de auditoria das PME e promover de forma consistente a aplicação das ISAs nestas entidades.³²

Este documento pretende fazer uma ponte entre os objectivos, princípios e regras consagrados nas ISAs e a sua aplicação a PME, possibilitando aos profissionais mais uma ferramenta que permita servir eficazmente o interesse público.

Da análise ao “Guia” conclui-se que voltamos, no caso da auditoria a PME, à metodologia de uma auditoria baseada no risco (Risk-based audit), que envolve essencialmente três etapas (Gonçalves, 2008, p.33):

1. Avaliação do risco de distorções materialmente relevantes ao nível das demonstrações financeiras;
2. Concepção e realização de procedimentos de auditoria que respondam aos riscos identificados, de modo a reduzir os riscos de distorção materialmente relevantes nas demonstrações financeiras, a níveis aceitáveis;
3. Emissão de um relatório de auditoria, cuja redacção traduza os resultados do trabalho realizado.

A realização de uma auditoria baseada no risco pressupõe que o auditor possua um conhecimento sobre a entidade e o seu meio envolvente, incluindo o seu sistema de controlo interno. O auditor conseguirá através da obtenção do conhecimento da entidade, identificar e compreender os acontecimentos, as transacções e as práticas que, possam ter efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nesta matéria, o “Guia” pretende estabelecer uma relação com a ISA 315, “Compreensão da Entidade e do seu Ambiente e Avaliar o Risco de Distorções Materiais”, quando esta refere no seu terceiro parágrafo que:

³¹ Adiante denominado apenas de “Guia”.

³² Nesta matéria seguiu-se a obra de Gonçalves (2008, p.30-45) por considerarmos que o estudo se apresenta estruturado de forma bastante clara e elucidativa.

“O objectivo do auditor é o de identificar e avaliar os riscos de distorção material, quer devido a fraude quer a erro, aos níveis de demonstração financeira e de asserção, por meio da compreensão da entidade e do seu ambiente, incluindo o controlo interno da entidade, proporcionando por isso uma base para conceber e implementar respostas aos riscos avaliados de distorção material”.

Costa (2007, p.184) considera que este “conhecimento é suficiente não só para identificar e determinar os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, como também para conceber e realizar procedimentos de auditoria adicionais”.

Efectivamente, é necessária uma visão generalizada da entidade e da relação com o ambiente em que ela actua e se encontra inserida. O conhecimento de todos os factores externos e internos à entidade é de extrema importância para que o auditor esteja preparado para identificar as manipulações de resultados que originem fraudes e a ocorrência de erros, analisando os seus indícios e procurando descobrir as melhores formas para combater estas práticas.

1.3.2. A Importância da revisão legal das contas nas PME

A obrigação das pequenas empresas sujeitarem as suas contas a uma revisão por parte de um profissional habilitado nessas matérias, foi imposta pela União Europeia através da quarta directiva (78/668/CEE). Esta directiva no artigo 51.º, n.º 1, estipula que as sociedades devem fazer controlar as suas contas anuais, por uma ou várias pessoas habilitadas face à lei nacional para o controlo das contas.

Por outro lado, o artigo 51º, n.º 2 da mesma directiva, estabelece que os Estados-Membros poderão isentar as PME desta obrigação, tendo por base determinados critérios. Pensa-se que esta isenção surge como uma forma de aliviar estas pequenas entidades de mais um encargo e/ou pelas várias limitações que uma revisão legal de contas encontra nestas organizações. No entanto, foi sendo sempre defendido pelos diversos autores que as PME beneficiariam da intervenção e competência destes profissionais.

Em Portugal, esta isenção está presente no artigo 262.º do CSC, e prevista para as sociedades por quotas que não ultrapassem, dois dos três limites³³ constantes do referido artigo.

Ao limitar o total de balanço, volume de negócios e número de trabalhadores é criado um referencial delineador daquelas sociedades por quotas que poderão beneficiar de isenção quanto à certificação legal das contas, já que as sociedades anónimas não poderão, em nenhuma situação, beneficiar de tal isenção.

Segundo Gonçalves e Teixeira (2007, p.6), “estes critérios de classificação em função do tamanho variam de acordo com as regiões e entre os países em função da dimensão da economia”. Os autores acrescentam que:

“ A utilização desta tipologia de critérios implica a existência de uma relação entre os custos e os benefícios relativos de uma auditoria, sendo que existe uma assumpção de que o nível em que se situa a isenção equivale ao ponto em que os custos da auditoria não ultrapassam os benefícios”.

Já nos anos oitenta, Sampietro de Jodar (1984, p.57) constatou que no que respeita ao interesse no conhecimento da vida das PME, se passou da esfera reduzida dos sócios como titulares exclusivos da informação económica, a uma outra esfera muito mais ampla, em que se incluem, sobretudo, além dos sócios, os trabalhadores, credores, futuros investidores e os terceiros em geral.

Como consequência, este autor reconhece que surgiu um autêntico dever das PME informarem todos os legitimamente interessados em conhecer o caminho dos assuntos sociais, patrimoniais e económicos, independentemente do tamanho da organização.

O acelerado crescimento económico tem transformado esta necessidade numa verdadeira exigência quanto à transparência e credibilidade das informações financeiras, onde a intervenção de um profissional imparcial, como é a figura do auditor, se torna fundamental para minimizar os riscos do negócio, melhorar a qualidade dos serviços prestados e garantir a veracidade das informações.

³³ a) Total do balanço: 1500000 euros; [Redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro]; b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3000000 euros; [Redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro]; c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.

A informação é um instrumento indispensável para a tomada de decisão. Todavia o seu valor é limitado até ao momento de ser submetida a uma verificação independente que ateste a sua excelência, uma vez que a qualidade das decisões se encontra intimamente dependente da qualidade da informação (Gonçalves e Teixeira, 2007, p.4).

Vários autores acreditam que os utilizadores da informação financeira esperam que os relatórios de auditoria sejam um *input* no processo de tomada de decisão e que a opinião expressa pelo auditor confira credibilidade, significado e relevância às demonstrações financeiras.

No entanto, para outros a revisão/auditoria às contas é algumas vezes questionada sendo posta em causa a sua necessidade em PME. Alguns empresários e gestores de PME não compreendem a necessidade de contratação de um profissional altamente qualificado que certifique e ateste a veracidade da situação financeira das suas empresas pelo inconveniente que esse facto lhes implica, como sejam os custos económicos da elaboração e preparação de uma auditoria.

Nesta matéria, Gonçalves e Teixeira (2007, p.5) evidenciam a existência de muitos argumentos, uns contra, e outros a favor à imposição de fazer controlar as contas anuais das pequenas empresas por um profissional habilitado.³⁴

Está bem patente na diversa literatura que as opiniões dos investigadores e dos profissionais de auditoria são divergentes. Alguns consideram imprescindível a credibilização da informação financeira das PME, outros pensam que a relação custo – benefício não é ultrapassada sendo o processo de auditoria demasiado dispendioso.

A relação custo – benefício de uma auditoria varia em função de inúmeros factores, onde é necessário ter em consideração a força e impacto do trabalho do auditor face à empresa e à sua repercussão no público em geral. A figura do auditor para além de otimizar e credibilizar os sistemas e processos da organização acaba também por funcionar como uma “imagem de marca” da própria entidade. Esta imagem vai, sem dúvida, influenciar os

³⁴ Gonçalves e Teixeira (2007, p.5), referem-se a Gerry Acher (1999) - “Audit exemption: the way forward”, *Accountancy*, Agosto, p.75 - quando o autor questiona se os critérios adoptados serão os mais adequados para se determinar a aplicabilidade da isenção. Por outro lado, também mencionam Clive Jones (2003) – Audit threshold: the impact”, *Accountancy*, Maio, p.92 - que, por sua vez, considera que o aumento do limite de isenção reduz a qualidade da informação financeira.

utilizadores da informação financeira podendo trazer consigo benefícios pela via da tomada de decisão.

Cabe ao ROC, como corolário do trabalho de auditoria, expressar uma opinião sobre se essas demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição económica e financeira da entidade, podendo apresentar ao órgão de gestão todas as recomendações de melhoria dos sistemas e os possíveis ajustamentos contabilísticos que considere materialmente relevantes, o que irá sem dúvida, evitar desvios aos princípios e normas contabilísticas, incrementando elevados níveis de confiança nos utilizadores da informação financeira.

Gonçalves e Teixeira (2007, p.8) referem que, para o caso das PME, “ (...) se as demonstrações financeiras não forem objecto de revisão, as oportunidades de financiamento poderão estar limitadas, o que terá um impacto no sector como um todo”.

Desta forma, pensa-se que a solução não passa pela abolição da revisão legal de contas nas PME, quando muito passará por uma simplificação que proporcione benefícios capazes de ultrapassar os custos incorridos numa auditoria.

1.3.3. O papel do auditor na gestão dos resultados

Os auditores desempenham um papel crucial na prevenção e controlo de práticas de gestão dos resultados. De acordo com Gonçalves (2005, p.45) “a revisão/auditoria às contas é uma das medidas que limitam a contabilidade criativa, (...) pedindo-se a estes profissionais competência e independência, dois requisitos fundamentais à profissão, que se quer isenta e que dê credibilidade aos documentos examinados”.

No momento em que o auditor considere que as demonstrações financeiras da entidade auditada são enganosas, como resultado de opções contabilísticas e práticas de valorização duvidosas levados a cabo pela administração, as normas de auditoria exigem do seu profissional uma opinião qualificada, onde constem claramente todos os factores que levaram ao seu desacordo (Lang, 1998, p.36).

O processo de auditoria desempenha um importante papel no grau de confiança que os utilizadores depositam nas demonstrações financeiras. Desta forma, é esperado que o

auditor adopte determinados comportamentos, enquanto figura justa e imparcial, que criem um significativo impacto na gestão dos resultados das entidades sujeitas à sua revisão.

Neste processo a ética é um princípio essencial e que requer do auditor muito mais do que conhecimentos técnicos e legais, sendo-lhe, muitas vezes, exigida uma tomada de decisão condicionada pelos seus valores éticos e morais.

De acordo com Santos e Guevara (2003, p.14) “a formação ética de um profissional definirá a sua conduta no futuro e isso, conseqüentemente, se reflectirá na cultura e respectiva saúde económica do seu país”. Citando Shafer et al. (2001)³⁵ estes autores consideram que os valores éticos tem um efeito potencial nos modelos de decisão pessoal e de gerência, demonstrando uma estreita relação entre as práticas criativas e o sistema de crenças e valores dos gestores e da entidade, exercendo ambos um efeito significativo no trabalho do auditor.

De acordo com Fortes (1997, p.50) “têm sido feitas algumas críticas aos auditores, pelas omissões em que têm, por vezes, incorrido, principalmente, por não tipificar, de forma clara, algumas incertezas ou procedimentos que indiquem alguma criatividade”. Em resposta, o autor argumenta que “é possível que exista algum receio em emitir opiniões sobre factos daquela natureza, devido às dificuldades que poderão existir para exhibir as provas consideradas convenientes.”

Desta forma, é perceptível a existência de uma significativa diferença entre o que são na realidade as responsabilidades dos auditores, e aquilo que os utilizadores da informação financeira esperam que sejam, culpando erroneamente estes profissionais pela omissão do relato da existência de práticas contabilísticas criativas e colocando em causa a qualidade da auditoria.

De uma auditoria de qualidade espera-se que, com a sua formação, o auditor detecte deficiências na informação financeira e as relate, em virtude da sua independência, no relatório de auditoria (DeAngelo, 1981³⁶).

³⁵ SHAFER, W., MORRIS, R., KETCHAND, A. (2001), “Effects of personal values on auditors ethical decisions. In *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, vol.14, n. ° 3.

³⁶ DEANJELO, L. E. (1981), “Auditor size and audit quality”, in *Journal of Accounting and Economics*, December, 183-199. (Citado por García e Conesa, 2004, p. 1028).

A literatura anglo-saxónica tem feito algumas referências à figura do auditor, especificamente à qualidade de auditoria como factor limitador das práticas de gestão dos resultados.

Alguns estudos empíricos realizados em empresas americanas têm constatado a existência de uma relação entre a gestão dos resultados e o tipo de auditor, concluindo que as empresas auditadas pelos maiores e mais prestigiados gabinetes de auditoria, por estes terem um maior incentivo em manter um elevado número de clientes e/ou pela sua reputação, apresentam níveis inferiores de manipulação dos resultados quando comparados a gabinetes de menor dimensão (Borrallho, 2008, p.328).

Contudo, a replicação destes estudos em empresas de outros países, como o Reino Unido e a Espanha, ao contrário do caso americano, não encontram a mesma evidência empírica, concluindo que nestes países não é possível afirmar que a reputação e dimensão das empresas de auditoria diminuem a manipulação dos resultados (Caneghem, 2004, p. 781; García e Conesa, 2004, p.1055).

Por seu lado, em estudo recente Borrallho (2008, p.327) a partir de uma amostra composta por empresas portuguesas e espanholas, comprovou estatisticamente a existência de uma associação significativa entre a gestão dos resultados e a opinião dos auditores, sugerindo a eficácia dos auditores. Assim, o autor concluiu que as empresas que seguem práticas de gestão dos resultados apresentam maior probabilidade de receberem uma opinião qualificada de auditoria.³⁷

A investigação não é conclusiva quanto à eficácia dos auditores na detecção de práticas de gestão dos resultados o que constitui um dos mais importantes problemas da profissão do auditor actual.

Perante esta realidade o auditor deve adoptar uma postura activa no que respeita à criação de procedimentos específicos que visem controlar e prevenir as práticas de gestão dos resultados. A sua função obriga a que, no caso de serem detectadas tais distorções na informação financeira, estas sejam devidamente divulgadas no seu relatório, podendo

³⁷ O autor justifica esta diferença entre estes resultados encontrados com os obtidos nos estudos anteriormente realizados pela maior visibilidade pública a que ficaram expostas as empresas de auditoria após os escândalos financeiros ocorridos no passado.

mesmo optar por uma “*escusa de opinião*” nos casos em que considere que estas práticas revelam importantes limitações.

Esta posição do auditor fará com que as práticas de gestão dos resultados sejam revistas, na medida em que as entidades não pretendem correr o risco de ver desaparecer a sua reputação e credibilidade perante o olhar atento dos utilizadores (Rodrigues, 2008, p.44).

A auditoria à informação financeira empresarial é hoje, mais do que nunca, um processo vital para o funcionamento de uma economia com alicerces seguros e transparentes, permitindo combater a manipulação e fraude financeira.

Portanto, o papel do auditor enquanto profissional habilitado é o de reduzir, tanto quanto possível, os conflitos técnicos, legais e morais entre a gerência, os utilizadores e ele mesmo, através da detecção, controle e divulgação de eventuais erros ou manipulações intencionais encontradas na informação (Borrallho, 2008, p.327).

CAPÍTULO 2 – ESTUDO EMPÍRICO

2.1. METODOLOGIA

Em qualquer trabalho de investigação a metodologia é uma fase decisiva e insubstituível, sendo considerada como a disciplina instrumental que cria as condições propícias para que uma pesquisa se considere científica.

2.1.1. Objectivos, Pergunta de partida e Questões de investigação

As evidências encontradas na literatura demonstram que as empresas manipulam os resultados com a intenção de alterar a imagem fornecida através das demonstrações financeiras e obter dessa forma determinados benefícios.

Em Portugal, poucos são os estudos que versam sobre esta matéria e em especial sobre o papel do auditor quando confrontado com tais comportamentos.

Este trabalho propõe-se analisar o impacto que o processo de auditoria possa causar na gestão dos resultados praticada por PME portuguesas. Espera-se que, em PME sujeitas a revisão legal de contas as manifestações de gestão dos resultados sejam detectadas com frequência.

Com o intuito de atingir o enunciado objectivo geral, foram delineados alguns objectivos específicos de carácter mais concreto, tais como:

- ✓ Verificar o padrão de frequência do fenómeno da gestão dos resultados em Portugal;
- ✓ Identificar práticas de gestão dos resultados em áreas específicas das demonstrações financeiras de PME portuguesas;
- ✓ Analisar os principais incentivos que levam as PME portuguesas a manipular os seus resultados;
- ✓ Identificar a auditoria como mecanismo de combate à gestão dos resultados em PME portuguesas.

Tendo em consideração o principal objectivo do presente estudo (análise do impacto da auditoria nas práticas de gestão dos resultados em PME), formulou-se a seguinte questão de partida:

Será que a auditoria às demonstrações financeiras de PME portuguesas conduz a algum impacto na gestão dos resultados por elas praticada?

Esta questão será o fio condutor de todo o estudo, pelo que é necessário compreender alguns dos factores que a afectam, tais como aqueles que se pretende alcançar com a definição dos objectivos específicos.

Estas necessidades são transcritas nas seguintes questões de investigação:

1. Qual a frequência de práticas de gestão dos resultados em PME portuguesas?

Pretende-se verificar qual a opinião dos profissionais de auditoria no que respeita ao crescimento do fenómeno em Portugal. É esperado que estas práticas sejam, à semelhança das evidências encontradas noutros países, desenvolvidas com frequência.

2. Quais as principais áreas contabilísticas de maior propensão à gestão dos resultados em PME portuguesas?

Procura-se descobrir as áreas específicas das demonstrações financeiras que são mais vulneráveis à utilização de práticas de gestão dos resultados. Espera-se que existam áreas com maior número de detecções destas práticas do que outras.

3. Qual a motivação para a prática de gestão dos resultados em PME portuguesas?

Tenciona-se realizar uma reflexão sobre os principais incentivos que levam os responsáveis de PME a manipular os resultados contabilísticos. Neste caso, espera-se que o contexto económico português tenha alguma influência na produção destas manipulações.

4. Qual o papel do auditor no controlo e detecção de práticas de gestão dos resultados em PME portuguesas?

Pretende-se analisar o impacto que o desenrolar de uma auditoria a PME possa ter nas práticas de gestão dos resultados. Supõe-se que a revisão legal de contas seja um processo eficaz na detecção e combate destes comportamentos.

2.1.2. Tipo de Estudo

Este estudo deve ser considerado de descritivo simples, sendo o seu objectivo primordial a descrição das principais características da gestão dos resultados.

Quanto aos instrumentos e técnicas de investigação, com o intuito de interpretar e descrever a realidade de uma forma prática e não apenas teórica, foi elaborado um inquérito de opinião como instrumento de recolha de informação.

Devido à natureza desta investigação, onde estão implícitos dados observáveis e quantificáveis, a sua abordagem é quantitativa.

2.1.3. População e Amostra

O estudo foi elaborado com base nas respostas obtidas de um inquérito de opinião, realizado junto dos ROC com inscrição activa na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), sendo este o conjunto de indivíduos que estamos interessados em generalizar.

Com o auxílio da OROC o referido questionário foi enviado via e-mail com a demais correspondência corrente no final do mês de Julho de 2009 (Anexo).

Esta opção prende-se com a dificuldade em obter respostas fiáveis e directas das empresas a questões desta natureza, uma vez que, dificilmente estão dispostas a admitir que utilizam práticas de gestão dos resultados, nem pretendem dar a conhecer a forma como o fazem, ou o que as motiva a praticá-la.

Sendo o ROC um profissional independente, que possui a prática e o conhecimento necessários para identificar e detectar estes comportamentos, é através da sua experiência que iremos analisar os efeitos e causas da gestão dos resultados em Portugal. É esperado que a escolha deste público-alvo enriqueça e contribua para a validação da investigação.

Este estudo apresenta uma amostra constituída por 51 elementos.

2.1.4. Instrumento de recolha de dados

No inquérito foram concebidas questões fechadas onde o inquirido opta pelas respostas alternativas que lhe são propostas. Estas questões são de três tipos: questões dicotómicas, questões de escolha múltipla e questões de gradação ou contínuo.

O inquérito de opinião apresenta-se estruturado em duas partes principais:

(I) Dedicada à caracterização geral da amostra;

(II) Dedicada à recolha de informação relacionada com o impacto da auditoria na gestão dos resultados em PME.

No entanto, seguindo a lógica desta problemática, a segunda parte do inquérito (II) está também organizada em quatro grupos de questões distintos: (1) Caracterização da gestão dos resultados; (2) Complexidade e dimensão do fenómeno; (3) Importância do contexto económico e legal; (4) Importância da auditoria na detecção e controle do fenómeno.

Parte I

A primeira parte do inquérito é dedicada à caracterização do público-alvo que constitui a amostra:

- (I) Pretende-se verificar a antiguidade dos inquiridos na sua actividade enquanto ROC, com o intuito de encontrar um relacionamento entre a experiência vivida na profissão e a detecção de práticas de gestão dos resultados. Para o efeito, colocou-se a seguinte questão: *I. Há quanto tempo exerce a profissão?*
- (II) Procura-se analisar a forma de desempenho da actividade dos inquiridos, ou seja, se actuam individualmente ou integrados em Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC). A finalidade será examinar a forma de desempenho predominante e relacioná-la com a detecção de práticas manipulativas, questionando-se: *II. De que forma desempenha a sua actividade?*
- (III) O objectivo desta questão é possibilitar uma análise às zonas do país onde estes profissionais predominantemente actuam, com o intuito de encontrar focos de maior ou menor incidência do fenómeno. *III. Qual a zona do país em que predominantemente os seus clientes exercem as suas actividades?*

Parte II

Através da segunda parte do inquérito, pretende-se analisar a opinião dos inquiridos face ao impacto do seu trabalho no controlo de práticas de gestão dos resultados em PME portuguesas e, ainda, obter o seu parecer, quanto à definição do fenómeno.

- **Caracterização do fenómeno da gestão dos resultados**

O primeiro conjunto de questões propõe-se auscultar a opinião dos inquiridos face à caracterização geral do fenómeno. Como já se havia constatado na revisão deste estudo (capítulo 1, p.9), existem na literatura as mais variadas perspectivas sobre a criação de artifícios nos resultados, pelo que não se afigura uma tarefa fácil encontrar uma única definição do termo.

Com o objectivo de investigar se estas afirmações são corroboradas pela realidade, colocou-se a seguinte questão: *1. No seu ponto de vista a contabilidade criativa é?*

Para o efeito, foram apresentadas duas perspectivas distintas:

1. *“A preparação das contas das empresas utilizando os vazios das normas existentes e as possíveis escolhas entre diferentes critérios de valorimetria autorizados, transformando as contas anuais naquelas que, quem as prepara, prefere que sejam, aproveitando as facilidades que proporcionam as normas existentes e/ou ignorando algumas delas.”* (Naser, 1993, p.59);
2. *“Uma prática deliberada de «tratamento» de elementos contabilísticos visando geralmente situações empresariais mais favoráveis quanto a activos, resultados ou referências às contas”* (Duarte e Ribeiro, 2007, p. 31).

Outra preocupação característica da prática de gestão dos resultados aqui abordada é a sua legitimidade, motivo pelo qual se pretende testar, nesta área, a legitimidade atribuída por estes profissionais a este tipo de práticas. Desta forma, levanta-se uma questão geral:

2. *A contabilidade criativa, de um modo geral, é uma prática legal?*

Face à magnitude que este fenómeno alcança em todo o mundo, torna-se fundamental perceber qual a importância que lhe é atribuída pelos profissionais de auditoria em Portugal. Procura-se analisar a tendência evolutiva da gestão dos resultados em empresas portuguesas:

3. *A contabilidade criativa é cada vez mais frequente em Portugal?*

Por fim, pretende-se relacionar a gestão dos resultados em Portugal com os motivos que possam estar na sua origem. Na tentativa de encontrar esta relação de causa-efeito, questiona-se:

4. *Se respondeu sim na questão anterior, considera que o aumento do fenómeno da contabilidade criativa é uma consequência da globalização dos mercados e da competitividade das organizações?*

5. *É da opinião que o registo contabilístico de novas e complexas transacções pode levar a diferentes interpretações das normas e princípios contabilísticos?*

- **Complexidade e dimensão do fenómeno**

Apresentam-se, neste segundo grupo, questões que permitam alcançar o entendimento dos inquiridos face à complexidade do fenómeno. Sendo a gestão dos resultados vista como a possibilidade de distorção da informação contida nas demonstrações financeiras, feita através de algum subjectivismo permitido pelo sistema contabilístico, poderá estar posta em causa a confiança e credibilidade nas mesmas.

Com o intuito de perceber qual a opinião do inquirido em relação à gravidade do problema, colocam-se as seguintes questões:

6. *Considera que as normas de contabilidade, de um modo geral, deixam lugar a algum subjectivismo o que conduz à escolha de critérios mais convenientes pelos gestores das empresas?*

7. *A utilização de contabilidade criativa é um problema grave e que dificilmente poderá ser solucionado?*

Como anteriormente referido, alguns autores consideram que a prática de gestão dos resultados é facilitada pela flexibilidade das normas contabilísticas, afirmando que apenas com um normativo preciso e detalhado se conseguirá reduzir e eliminar a criatividade na contabilidade.

No sentido de procurar conhecer a opinião destes profissionais quanto à futura evolução do fenómeno em Portugal e, uma vez que será implementado no país o novo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), que entrará em vigor a partir de Janeiro de 2010, questiona-se:

9. *As práticas de contabilidade criativa poderão ser solucionadas ou anuladas através de normas contabilísticas baseadas em princípios?*

- **Importância do contexto económico e legal**

De acordo com o que fora anteriormente constatado por outros autores, a dimensão, tipo e forma de administração de uma entidade poderá de certa forma explicar a utilização de práticas de gestão dos resultados, pelo que se propõe a sua verificação empírica.

Com o intuito de verificar a importância atribuída pelos Revisores à dimensão da sociedade enquanto factor determinante da frequência de práticas criativas, colocou-se a seguinte questão de escolha múltipla:

9. Em sua opinião, a contabilidade criativa é mais frequente? i) Nas grandes empresas; ii) Nas pequenas e médias empresas; iii) A dimensão é irrelevante.

Sendo o caso das PME a preocupação desta investigação, procura-se auscultar o impacto que trabalho de auditoria possa causar na gestão dos resultados, comparando-se, para o efeito, a fase inicial e subsequente do processo de revisão das contas nestas entidades, questionando-se:

10. Quando realiza pela primeira vez a revisão legal das contas de uma sociedade por quotas, tem verificado a existência de um historial de contabilidade criativa nessas sociedades?

11. No seu trabalho de revisão legal de contas em pequenas e médias empresas tem detectado situações de manipulação de resultados?

Por fim, procura-se relacionar a forma de administração das sociedades com as práticas de gestão dos resultados. Tendo as PME uma estrutura predominantemente familiar, levantam-se algumas dúvidas quanto à fiabilidade e independência da gerência destas organizações. Com o intuito de obter a opinião dos inquiridos quanto à possibilidade de uma maior predisposição para praticar contabilidade criativa nestas empresas, colocou-se a seguinte questão:

12. As tentativas de manipulações dos resultados contabilísticos são mais frequentes nas empresas com estrutura familiar?

- **Importância da auditoria na detecção e controle do fenómeno**

O último grupo de questões foi desenhado com o intuito de obter, com razoável precisão, um retrato das áreas e operações contabilísticas em que se detecte uma maior propensão para a manipulação dos resultados, bem como os incentivos que a provocam.

Com efeito, tendo presente o objectivo da auditoria como processo de detecção e controle de erros e/ou fraudes nos resultados empresariais, procura-se conhecer as principais áreas que, aos olhos destes profissionais, contribuem para a gestão dos resultados em PME, questionando-se:

13. De acordo com a sua experiência, em que áreas existe maior probabilidade de detectar manifestações de contabilidade criativa em pequenas e médias empresas?

Quanto às operações contabilísticas específicas em que se detectam manipulações com maior frequência, foi pedido que:

14. Indique, aproximadamente, para cada uma das áreas aqui mencionadas, o número de casos que detectou relacionados com práticas de contabilidade criativa, durante os anos de 2006 e 2007.

Finalmente, cientes da provável existência e magnitude do fenómeno, questionou-se:

15. Em sua opinião quais são os principais incentivos/motivações que levam as pequenas e médias empresas a manipular os seus resultados?

2.2. ANÁLISE DA EVIDÊNCIA EMPÍRICA

Nesta fase, pretende-se investigar se no contexto empresarial português, as questões de investigação formuladas corroboram a realidade. Para o efeito, caracteriza-se a amostra da investigação e, seguidamente, expõe-se a análise e interpretação dos resultados obtidos.

O presente estudo procura, sempre que possível, estabelecer comparações com os resultados obtidos em três investigações semelhantes, realizadas em Portugal, Espanha e Reino Unido³⁸. Pretende-se com esta análise verificar quais as tendências actuais do

³⁸ Desenvolvida por Fortes (1997), em Portugal, Amat e Blake (2002), em Espanha e, finalmente, no Reino Unido apresentada por Naser (1993).

fenómeno da gestão dos resultados em Portugal comparativamente com o ano de 1997, bem como identificar as linhas comuns aos estudos desenvolvidos nos outros países.

2.2.1. Caracterização da amostra

O principal objectivo deste estudo consiste em analisar se as PME portuguesas utilizam técnicas contabilísticas que proporcionam favorecimento nos resultados e, no caso em que tal se verifique, procura-se saber qual o impacto da auditoria face a estes comportamentos.

Com o intuito de atingir os objectivos definidos, constitui-se uma amostra de 51 ROC, profissionais que observam de perto o comportamento dos seus clientes e que possuem elevado grau de experiência para ajuizar sobre a actual situação deste fenómeno em Portugal.

A informação recolhida (gráfico 1) demonstra que a amostra é maioritariamente composta por experientes profissionais de auditoria. Verifica-se que, 22% da amostra é constituída por Revisores com experiência inferior a 5 anos e 78% dos Revisores que constituem a mesma têm pelo menos 5 anos de experiência.

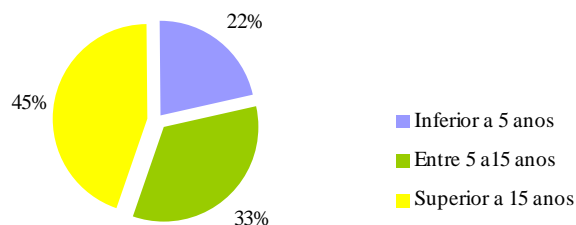


Gráfico 1 - Distribuição de Revisores por tempo na profissão

De acordo com estes dados, é de esperar que a experiência destes profissionais seja bastante esclarecedora sobre esta matéria.

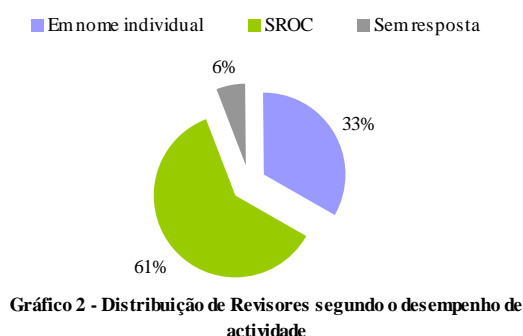


Gráfico 2 - Distribuição de Revisores segundo o desempenho de actividade

Quanto à forma de desempenho da actividade de auditoria, constata-se pela observação do gráfico 2 que a grande maioria dos Revisores desempenha a sua actividade em SROC (61%). As restantes respostas apontam para o desempenho individual da actividade.

Relativamente à distribuição da amostra em função das diferentes zonas do país (gráfico 3), verifica-se que a maior concentração das empresas a que se referem as respostas se situam na região norte (41%), seguindo-se as zonas centro, sul e regiões autónomas.

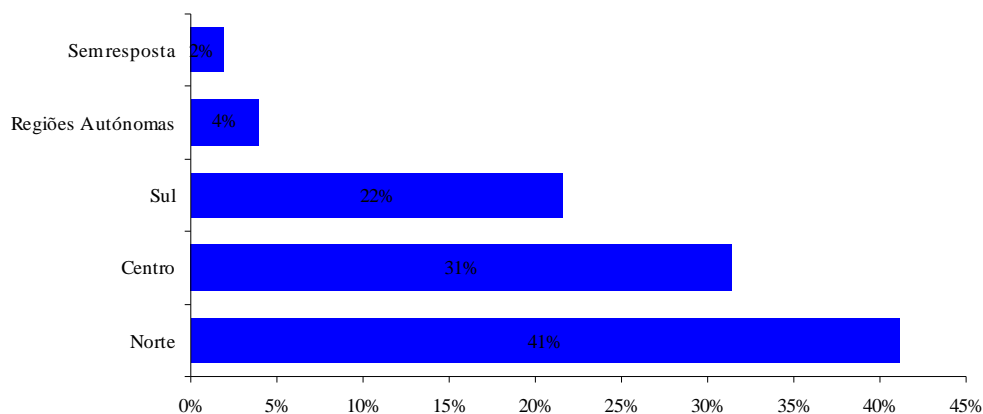


Gráfico 3 - Distribuição de revisores segundo a zona do país de actividade dos seus clientes

Desta forma, os dados analisados dizem respeito a uma amostra caracterizada pela antiguidade dos Revisores na profissão de auditoria, essencialmente desempenhada em SROC e sobretudo nas regiões Norte e Centro do país.

2.2.2. Análise, interpretação e discussão dos resultados

Esta fase é dedicada à análise da opinião e comportamento dos auditores quando confrontados com práticas manipulativas nos resultados financeiros de PME. Com este objectivo, investiga-se a tendência preventiva do trabalho de auditoria face a este fenómeno em Portugal.

Relativamente à recolha de elementos relativos ao significado atribuído à expressão “gestão dos resultados”, foi pedido aos inquiridos numa questão de resposta múltipla, que manifestassem a sua concordância perante duas afirmações propostas.

A primeira afirmação apresentada diz respeito à sugestão de Naser (1993, p. 59) e aludia à permissividade e subjectividade das normas contabilísticas como factores instigadores de práticas contabilísticas criativas:

“A contabilidade criativa é a preparação das contas das empresas utilizando os vazios das normas existentes e as possíveis escolhas entre diferentes critérios de valorimetria autorizados, transformando as contas anuais naquelas que, quem as prepara, prefere que sejam (...)”.

A segunda definição foi proposta por Duarte e Ribeiro (2007, p31) e pretendia, segundo estes autores, reunir unanimidade nos pontos de vista dos académicos Naser (1993) e Amat e Blake (2002), quanto à essência da gestão dos resultados:

“A contabilidade criativa é uma prática deliberada de «tratamento» de elementos contabilísticos visando geralmente situações empresariais mais favoráveis quanto a activos, resultados ou referências às contas”.

Verifica-se que os pareceres dos inquiridos seguem direcções distintas. A informação obtida a partir do gráfico 4 demonstra a manifesta divisão de opiniões, onde ambas as opções sugeridas apresentam idêntico número de respostas. De salientar que 3 inquiridos consideraram correctas as duas definições que lhes foram apresentadas.

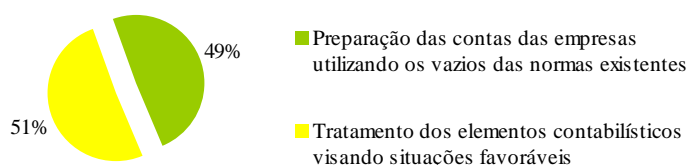


Gráfico 4 - Distribuição segundo a definição atribuída ao fenómeno gestão dos resultados

Chegados a esta conclusão, pode afirmar-se que as hipóteses levantadas anteriormente na revisão da literatura (capítulo 1, p.9) relacionadas com a dificuldade na unanimidade de definição do fenómeno, são corroboradas.

Assim sendo, parece relevante relacionar esta questão com a antiguidade dos inquiridos na profissão de auditoria. Procura-se verificar se o fenómeno é percebido da mesma forma pelos diferentes grupos da profissão.

Esta análise relacional, constante do gráfico 5, evidencia que, independentemente da antiguidade na profissão, a definição do fenómeno se assemelha idêntica em todas as distribuições. Desta forma, verifica-se que estes resultados são consistentes com os observados no gráfico 4.

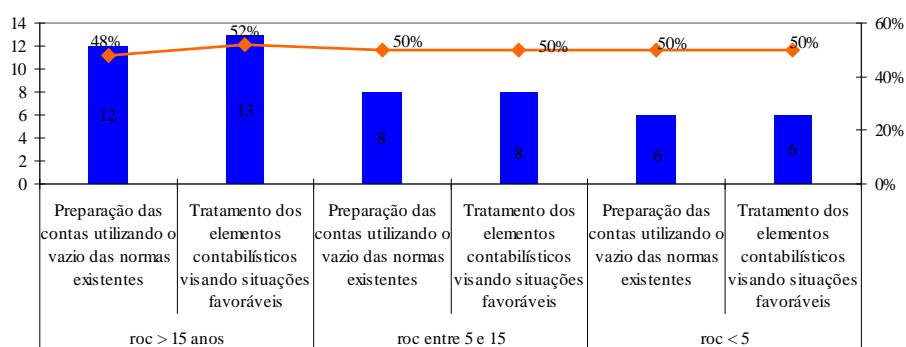


Gráfico 5 - Relação entre a definição do fenómeno e o tempo na profissão

As duas definições que foram propostas para delinear este fenómeno não continham, propositadamente, qualquer referência acerca da sua legitimidade, uma vez que, se considerou relevante introduzir uma questão independente sobre esta problemática.

Assim, após analisar as características gerais do fenómeno, importa particularizar sobre a legitimidade que lhe é atribuída em Portugal (gráfico 6).

Verifica-se que a opinião dos inquiridos, relativamente a esta matéria, se encontra manifestamente dividida entre aqueles que a consideram legal (45%), e os que a vêem como uma prática fraudulenta (53%).

Tem sido referido que estas práticas ocorrem sempre na fronteira do permissível, não se excluindo, porém, a provável existência de fraude em algumas delas. Neste sentido, os resultados apresentados parecem traduzir o conflito existente na literatura resultante do que é considerado legítimo e/ou ilegítimo na gestão dos resultados.

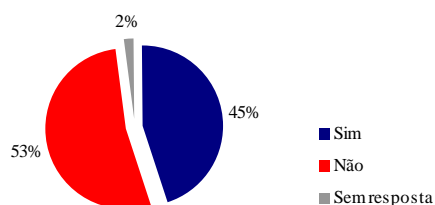


Gráfico 6 - Distribuição segundo a legitimidade do fenómeno

Os gestores poderão aproveitar de forma legítima, no entanto incorrecta, o seu conhecimento das normas contabilísticas para manipular resultados, ou com maior gravidade criar esquemas fraudulentos que violam os normativos.

A distribuição apresentada (gráfico 6) vem validar a opção que fora anteriormente tomada na revisão da literatura do presente estudo (capítulo 1, p.12), designadamente, quando se considerou que sempre que fosse referido o termo gestão dos resultados este poderia estar

ou não em conformidade com a legislação. Esta escolha foi motivada pela grande dificuldade que existe na literatura quanto à clarificação da legitimidade deste fenómeno.

Comparativamente aos inquéritos realizados em Portugal, Reino Unido e Espanha, os resultados obtidos são semelhantes aos que aqui se apresentam (gráfico 7).

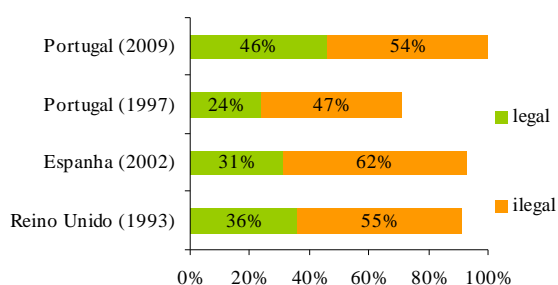


Gráfico 7 - Legitimidade do fenómeno em Portugal, Reino Unido e Espanha

Em Portugal (1997) numa amostra composta por 63 elementos, 47% considera que a gestão dos resultados é uma ferramenta ilegítima. Já a amostra de 42 inquiridos no Reino Unido e 29 em Espanha, consideram com 55% e 62%, respectivamente, haver ilegitimidade no desenvolvimento deste tipo de práticas.

Esta circunstância permite concluir que a dificuldade em definir a ténue barreira que separa os comportamentos legítimos daqueles que infringem a lei não está apenas presente em Portugal, mas também em outros países da Europa. Tal facto pode ser originado pela semelhança na flexibilidade dos sistemas contabilísticos nestes países e pela forte predisposição que estas empresas têm para manipular resultados.

Analizadas as principais problemáticas caracterizadoras da gestão dos resultados, como sejam a definição e legitimidade destes comportamentos, procura-se agora perceber qual a opinião dos inquiridos quanto à evolução do fenómeno em Portugal.

Efectivamente, a gestão dos resultados é vista como um fenómeno cada vez mais frequente no nosso país, existindo uma concordância de 76% face à questão colocada (gráfico 8). Tal como se tinha constatado ao longo da investigação (capítulo 1, p.6), comprova-se, empiricamente, que a contabilidade criativa é um fenómeno de grande

actualidade, que arrasta cada vez mais adeptos em Portugal.

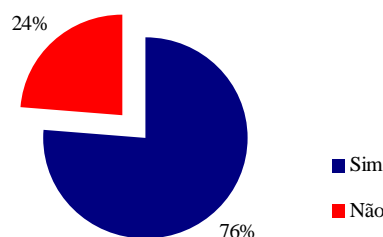


Gráfico 8 - Grau de concordância sobre a frequência do fenómeno em Portugal

A partir desta evidência e tendo em consideração a independência e imparcialidade características dos profissionais de auditoria, coloca-se a hipótese de existirem igualmente maiores probabilidades de detecção de casos de gestão dos resultados por aqueles que expressam a vulgaridade do fenómeno.

Relativamente ao estudo realizado em Portugal no ano 1997, este continha uma questão semelhante acerca da frequência com que ocorriam estas práticas nessa época. A evidência empírica sugere que, actualmente, em Portugal é mais frequente recorrer a práticas contabilísticas criativas do que foi no passado (gráfico 9).

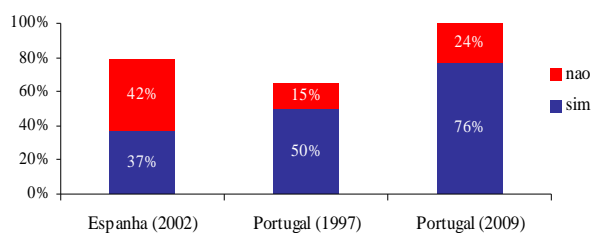


Gráfico 9 - Frequência do fenómeno em Portugal e Espanha

Quando se colocou esta mesma questão em Espanha (2002) as opiniões afiguraram-se significativamente divididas.

Assim, verifica-se que, tanto no que se refere ao corrente ano, como no que respeita a 1997, em Portugal é manifestada uma maior concordância face à frequência do fenómeno contrariamente ao sucedido em Espanha no ano 2002.

Considerando a evolução do fenómeno em Portugal, procura-se agora relacionar tal facto com as diferentes zonas do país. Para o efeito, analisam-se todas as respostas que aceitam a hipótese de maior frequência da gestão dos resultados em Portugal em função das regiões onde maioritariamente os clientes dos inquiridos exercem actividades.

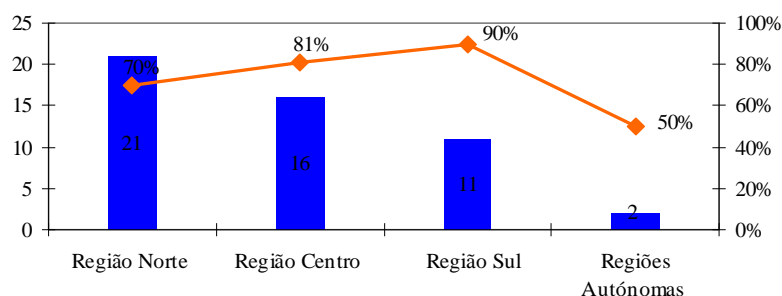
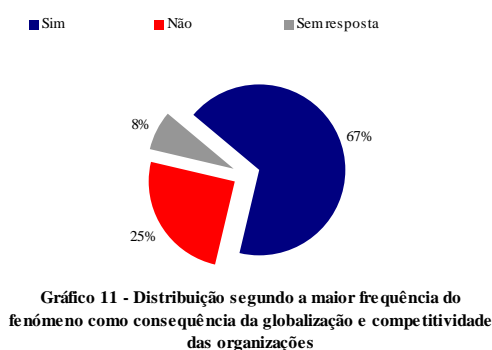


Gráfico 10 - Relação entre a concordância quanto à frequência do fenómeno e a zona do país

Conforme se pode verificar através do gráfico 10, do total de inquiridos que compõem esta amostra, 21 actuam na região Norte e consideram em 70% que o fenómeno é cada vez mais frequente em Portugal. Constata-se ainda que, os 16 inquiridos a actuar na zona Centro e 11 da zona Sul concordam com a afirmação em 81% e 90%, respectivamente.

A distribuição apresentada indicia que poderá existir maior detecção de práticas manipulativas nas regiões onde se obtém maior número de respostas concordantes com a frequência do fenómeno. De salientar que, a região Sul, embora represente menor peso na amostra relativamente ao Norte e Centro, apresenta maior concordância face à afirmação (apenas um inquirido a destoar).

Chegados a este ponto, torna-se essencial encontrar uma justificação para as razões que possam estar na origem de tais constatações. Os dados recolhidos no gráfico 11 permitem afirmar que 67% dos inquiridos são da opinião que esta tendência evolutiva pode ser justificada pela globalização dos mercados e competitividade das organizações.



Esta evidência sugere que as empresas ficam mais vulneráveis às novas tendências dos mercados e aos seus acréscimos de competitividade, o que pode resultar na tentativa de distorção da informação financeira motivada pelo grau de exigência do mercado.

Por conseguinte, constatada a maior evidência de contabilidade criativa em mercados globalizados, previa-se obter igualmente uma concordância significativa quanto à consequência que terão novas e complexas transacções nos registos contabilísticos.

Com efeito, 92% dos inquiridos concorda com a afirmação de que a complexidade destas transacções propicia diferentes registos contabilísticos, confirmando-se a possibilidade de aproveitamento desta flexibilidade (gráfico 12).

Neste sentido, quanto mais complexas se tornam as relações empresariais, menos rígido se apresenta o sistema contabilístico e, portanto, mais espaço se cria para a possibilidade de gerir resultados. O sistema foi concebido de forma a permitir apresentar contabilisticamente uma grande variedade de situações, sendo por esse motivo excessivamente flexível.

Percebidas algumas das causas que criam efeito manipulativo nos resultados, importa agora investigar quais serão os factores que a possibilitam. Como forma de comprovar se, na opinião dos inquiridos, existe alguma relação entre a gestão dos resultados e a subjectividade presente nas normas de contabilidade, levantou-se a hipótese deste fenómeno se desenvolver, na maioria dos casos, com base no aproveitamento de diferentes escolhas de critérios contabilísticos.

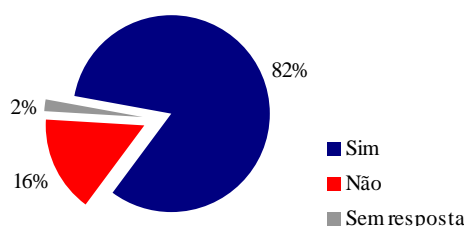


Gráfico 13 - Distribuição segundo a existência de subjectividade nas normas contabilísticas

Verificou-se que a afirmação mereceu um elevado consenso, pois 82% manifestam estar concordantes com a existência de subjectividade nas normas contabilísticas tal como as conhecemos hoje, afirmando ser esse o motivo que permite a escolha de critérios mais convenientes pelos gestores das empresas.

Pode afirmar-se que a possibilidade de serem efectuadas diferentes escolhas contabilísticas para o mesmo facto patrimonial conduz, na opinião dos inquiridos, ao aproveitamento pouco ético de algumas empresas apoiadas por profissionais menos escrupulosos. Exemplo disso é o caso de se poder classificar um mesmo bem em diferentes classes patrimoniais, como por exemplo, na classe de existências ou imobilizado.

Face aos resultados até aqui manifestados e aos problemas que a gestão dos resultados provoca, seria de esperar que a opinião dos Revisores fosse pessimista no que se refere à existência de soluções que anulem este tipo de práticas. O gráfico 14 retrata esta mesma intuição, onde mais de metade dos inquiridos demonstra altos níveis de preocupação (alta/máxima) face à gravidade e dificuldade de solucionar o fenómeno. Apenas 18%

apresenta concordância baixa, não considerando representativa a gravidade de utilização de técnicas criativas na contabilidade.

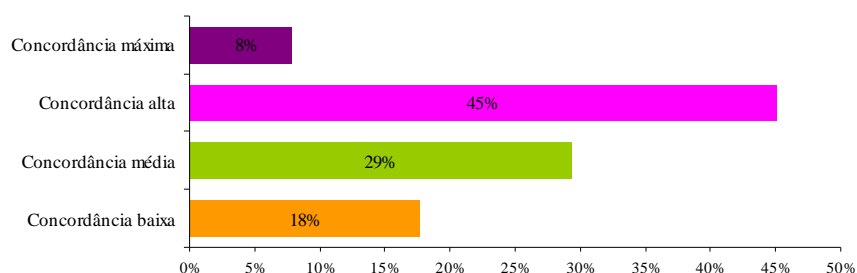


Gráfico 14 - Grau de concordância quanto à gravidade do problema e sua difícil solução

Embora estes resultados se apresentem pouco animadores quanto à existência de soluções fidedignas que limitem estes comportamentos e, tendo em consideração a evidência de subjectividade nas actuais normas contabilísticas, pretende-se analisar a opinião dos inquiridos quanto ao impacto que uma normalização mais rigorosa possa ter na redução destas práticas.

Esta questão alude à obtenção de dados relativos à verificação das expectativas dos Revisores quanto à diminuição de atitudes classificáveis de gestão dos resultados através da implementação do novo sistema de normalização contabilística em Portugal.

Neste caso as opiniões encontram-se dispersas, apresentando-se os níveis de concordância baixa, alta e média com valores semelhantes (gráfico 15). Estes resultados parecem traduzir a dúvida destes profissionais quanto à eficácia que um sistema de contabilidade baseado essencialmente em princípios consiga ter na anulação ou diminuição de gestão dos resultados em Portugal.

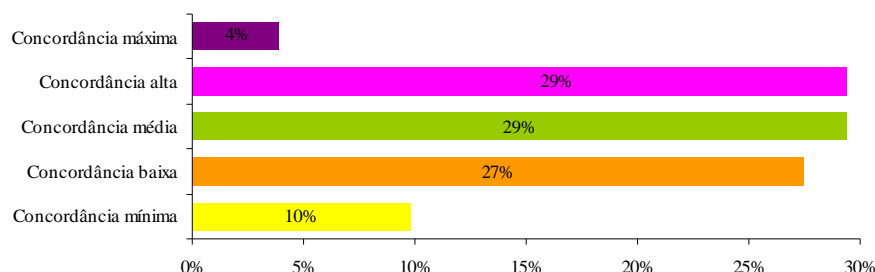


Gráfico 15- Grau de concordância quanto à solução do fenómeno através de normas baseadas em princípios

Relativamente às investigações realizadas anteriormente em Portugal, Espanha e Reino Unido obteve-se, para a primeira questão aqui apresentada – *Considera que a contabilidade criativa é um problema grave e que dificilmente poderá ser solucionado?* - uma concordância alta de 69%, 38% e 95% respectivamente. (Gráfico 16)

Apesar do receio manifestado quanto à solução de comportamentos criativos na contabilidade, quando confrontados os diferentes resultados percebe-se que em Portugal os Revisores estão agora mais optimistas do que estavam no passado em relação à complexidade do problema.

Quanto à segunda questão – *As práticas de contabilidade criativa poderão ser solucionadas ou anuladas através de normas contabilísticas baseadas em princípios?* - apenas o estudo realizado em Portugal continha uma afirmação semelhante. A possibilidade de anulação destas práticas através de normas contabilísticas mais precisas era aceite com reservas por 44% dos Revisores, sendo que 42% apresentava uma concordância forte quanto a esta questão (gráfico 16).

Actualmente o cenário não se afigura muito diferente, existindo uma acentuada divisão de opiniões entre aqueles que aceitam abertamente a possibilidade de solução do problema através de um novo sistema de normalização e, aqueles que lhe impõe reservas.

Pode observar-se que é aguardada com ansiedade a entrada em vigor deste novo sistema de normalização, para se concluir de forma apropriada se existirá um incremento ou não das práticas contabilísticas criativas.

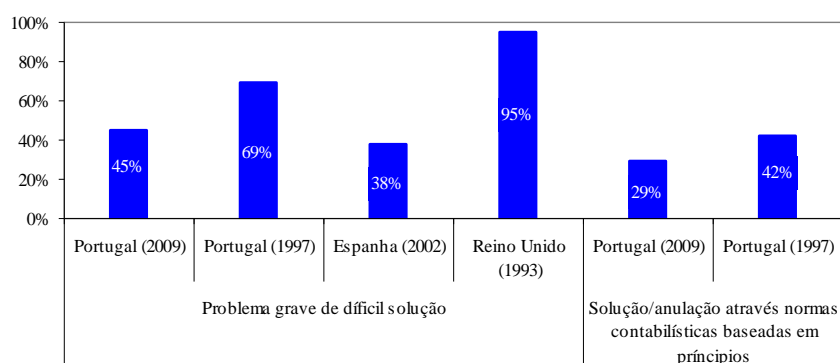


Gráfico 16 - Distribuição segundo a concordância alta quanto à gravidade do fenómeno e sua possível solução em Portugal, Espanha e Reino Unido

Comprovada a gravidade e difícil solução deste fenómeno em Portugal, importa reflectir sobre a importância da dimensão das entidades como factor indicador da sua maior existência.

Os resultados obtidos (gráfico 17) demonstram a concordância dos Revisores no que respeita à irrelevância do tamanho da entidade como factor de manipulação. A pouca importância atribuída à dimensão da entidade representa 49% das opiniões recolhidas, concluindo-se ainda que estas práticas são igualmente frequentes nas grandes (28%) e nas pequenas empresas (24%).

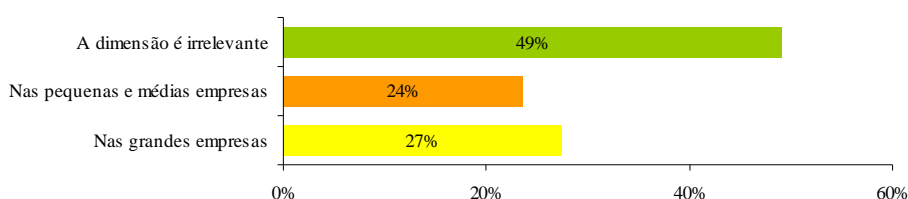


Gráfico 17 - Distribuição segundo a frequência do fenómeno em função do tipo de entidade

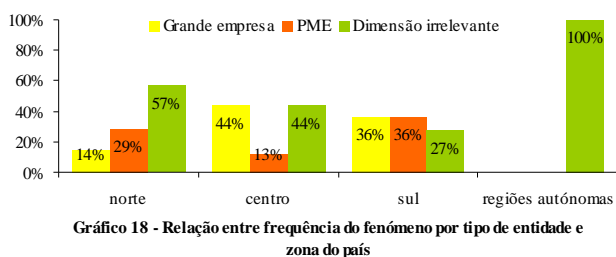
Efectivamente as distribuições retratam opiniões idênticas quanto às tendências manipulativas em função da dimensão das entidades, verificando-se que as PME apresentam idêntico potencial de frequência de gestão dos resultados quando comparadas com empresas de maior dimensão.

Esta tendência é também encontrada nas anteriores investigações realizadas em Portugal (1997) e Espanha (2002), onde os resultados apontam para a pouca importância que o tamanho da empresa desempenha na utilização de práticas contabilísticas criativas.

Desta forma, verifica-se que nos últimos tempos com o aumento do número de empresas e da sua diversidade, aumenta também a utilização de técnicas contabilísticas criativas que ocorrem independentemente do tamanho das organizações em causa.

Numa análise mais detalhada procura-se testar se existe alguma relação entre o aumento destas práticas nas várias entidades e a zona do país onde actuam os Revisores (gráfico 18). Pretende-se com esta análise perceber a forma como os inquiridos vêm a frequência do fenómeno nas diferentes entidades onde actuam.

Observa-se que os inquiridos que actuam nas zonas norte, centro e regiões autónomas são os que aceitam, em maior número (57%, 44%, 100% respectivamente), a irrelevância da dimensão das entidades quando se trata de manipular resultados. Todavia, verifica-se uma tendência diferente na região sul, com menor número de respostas (27%) a corroborar a pouca importância da dimensão das entidades para efeito de manipulação.



De uma forma geral, pode afirmar-se que não existe um padrão significativo de frequência do fenómeno nas diferentes zonas do país que saliente um dos tipos de entidade como mais propícia à prática de contabilidade criativa.

Embora possam existir diferentes tipos de motivações, a generalidade das empresas do nosso país manipulam com frequência os seus resultados, independentemente da região onde estão estabelecidas.

Quando se questiona, especificamente, acerca da detecção de práticas contabilísticas criativas em sociedades por quotas, constata-se que tais comportamentos ocorrem e são detectados em grande número, tanto na primeira revisão legal de contas, como nas revisões de auditoria subsequentes (gráfico 19 e gráfico 20).

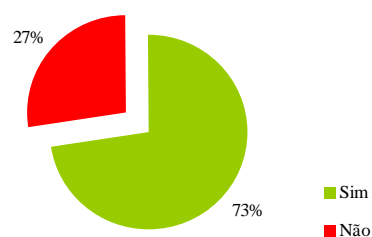


Gráfico 19 - Concordância quanto à detecção do fenómeno na primeira revisão legal de contas em sociedades por quotas

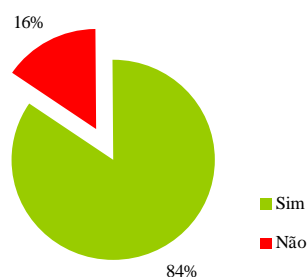


Gráfico 20 - Concordância quanto à detecção do fenómeno em PME

Como se pode verificar 73% dos Revisores inquiridos admitem a existência de um historial de contabilidade criativa nestas empresas. Perante tal facto, pode considerar-se que o processo de auditoria traduz um real impacto na detecção de gestão dos resultados em PME. A percentagem de auditores que afirmam ter detectado práticas contabilísticas

criativas no início dos seus trabalhos demonstra a importância da auditoria em termos de prevenção de eventuais erros e/ou fraudes nestas entidades.

No entanto, na opinião dos Revisores estas manipulações são praticadas e detectadas ainda com maior evidência no decorrer das auditorias a PME (84%). Comprova-se, assim, que este é um problema que parece estar longe de ser solucionado.

Neste sentido, torna-se importante perceber se os Revisores que detectam um historial de contabilidade criativa no início da auditoria em sociedade por quotas, são os mesmos a encontrar esses comportamentos no decorrer do seu trabalho.

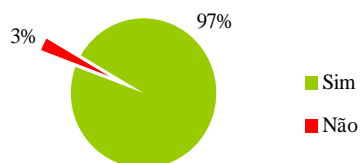


Gráfico 21 - Relação entre a detecção do fenómeno na primeira revisão legal de contas e detecção em PME

Desta análise cruzada, conclui-se que apenas um revisor (3%) que concordava com a primeira questão – *Existe historial de contabilidade criativa na primeira revisão legal de contas a PME?* - não continuou a detectar no seu trabalho procedimentos contabilísticos criativos em PME.

Pode concluir-se que, embora o processo de auditoria às contas se demonstre essencial nestas entidades, a sua existência sob a forma de uma figura externa, justa e imparcial não inibe estas empresas de continuarem a gerir os seus resultados. Tais factos podem querer indicar que, os benefícios de recorrer a este tipo de práticas parecem superar o prejuízo que possa ser causado pela sua eventual detecção e divulgação.

Após estas apreciações procura-se saber se a administração/gestão das sociedades familiares poderá ser apontada como um factor propiciador à utilização destas práticas.

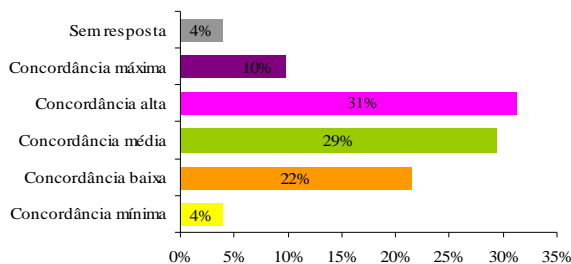


Gráfico 22 - Grau de concordância quanto à maior frequência do fenómeno em empresas familiares

Os dados recolhidos sugerem a validação desta afirmação, onde se obteve uma concordância de 70% (máxima/média) como pode ser observado no gráfico 22.

Esta circunstância poderá ser originada pelo facto de estas entidades, com estrutura familiar, serem muitas vezes geridas pelos seus proprietários. Nestes casos, o gestor/proprietário tem todo o interesse em apresentar uma imagem da situação económico-financeira da entidade que melhor lhe convenha sabendo de antemão que no interior da sociedade não terá ninguém que se lhe oponha.

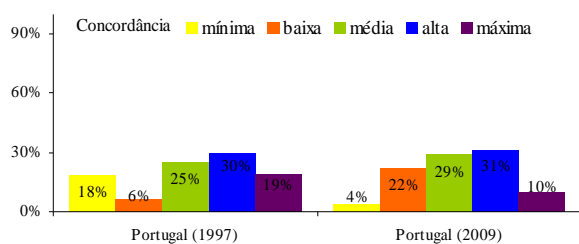


Gráfico 23 - Grau de concordância segundo a frequência do fenómeno em empresas familiares de Portugal (1997 e 2009)

Em termos comparativos com os resultados obtidos em inquéritos idênticos, apenas em Portugal se havia colocado uma questão semelhante onde se encontraram níveis de concordância (máxima/média) idênticos aos do presente estudo.

Pode afirmar-se que esta realidade, onde os proprietários de pequenas empresas procuram maximizar os seus negócios através da utilização de práticas contabilísticas criativas, não surge com os tempos modernos, pois já era bem evidente no passado.

- **Quantificação do impacto da auditoria na detecção de práticas de gestão dos resultados**

Esta fase do estudo é dedicada à recolha de elementos relativos à informação contabilística que possa ser quantificável em termos de detecção de práticas contabilísticas criativas nos resultados de PME.

O gráfico 24 reflecte a informação relativa às diferentes áreas contabilísticas que possam, na opinião dos Revisores, ter maior ou menor probabilidade de detecção de práticas contabilísticas criativas.

Constata-se que as áreas com maior propensão à utilização de técnicas criativas são: Imobilizado/Capitalizações (15%), Dívidas de terceiros/Ajustamentos (17%), Acréscimos e diferimentos (21%) e, por último, com um peso muito significativo, a área de Existências (30%).

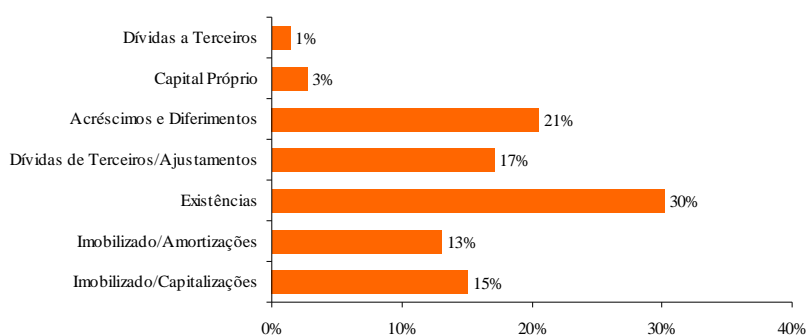


Gráfico 24 - Distribuição segundo as áreas contabilísticas de maior probabilidade de detecção do fenómeno

As existências são um alvo comum de manifestações de práticas contabilísticas criativas. Tal constatação poderá estar relacionada com a valorização incorrecta das quantidades e custos unitários dos bens e, consequentemente, do custo das vendas.

Relativamente aos acréscimos e diferimentos, verifica-se que o aumento ou redução de custos ou de proveitos é igualmente uma técnica criativa frequente em PME portuguesas. Estes comportamentos podem estar relacionados com a necessidade de acelerar ou atrasar o reconhecimento de determinados resultados para se obter a imagem pretendida naquele momento.

Quanto à manipulação na área de dívidas de terceiros/ajustamentos, a sua frequência, é devida ao aproveitamento pelos gestores de PME, essencialmente nas situações de cobrança duvidosa, constituindo maiores ou menores ajustamentos consoante a situação empresarial que pretendam transmitir.

Finalmente, a presença de comportamentos criativos na área de imobilizado/capitalizações poderá estar relacionada, por exemplo, com a possibilidade de capitalizar ou não despesas como as relacionadas com benfeitorias e grandes reparações. Estes gastos poderão ser incluídos no custo do bem imobilizado no caso em que fluam para a empresa benefícios económicos futuros derivados de tais reparações, ou ser reconhecidos como fornecimentos e serviços externos – conservação e reparação, o que altera substancialmente a apresentação dos resultados.

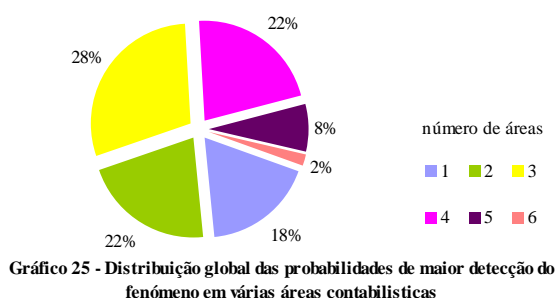
Por outro lado, quando estas reparações são periódicas (pense-se por exemplo no caso dos automóveis) e não se destinam a aumentar a sua vida útil, os gastos incorridos poderão ser imputados numa base de acréscimo ao valor do bem, ou ser diferidos no momento em que

ocorrem. Tais flexibilidades poderão conduzir à manipulação dos resultados com vista a aumentar ou reduzir o apuramento dos custos totais do exercício, o que terá certamente impacto em termos de informação divulgada e consequentemente em termos fiscais.

Sendo esta uma questão de resposta múltipla, considerou-se relevante saber quais as áreas contabilísticas que obtiveram em conjunto maior número de respostas (quadro 1), bem como a quantidade de áreas seleccionadas em simultâneo pelos Revisores (gráfico 25).

Detecção conjunta de Gestão dos Resultados					
Em duas áreas	%	Em três áreas	%	Em quatro áreas	%
Existências	36	Existências	27	Existências	23
Acréscimos e Diferimentos	27	Acréscimos e diferimentos	18	Acréscimos e diferimentos	23
		Imobilizado Capitalizações	24	Divídas de terceiros Ajustamentos	19
				Imobilizado Amortizações	16
TOTAL (%)	64		69		81

Quadro 1 - Distribuição segundo a probabilidade de detectar casos de gestão dos resultados em várias áreas



Verifica-se que a quantidade máxima de áreas contabilísticas seleccionadas em simultâneo é pouco representativa (gráfico 25), havendo apenas um inquirido a seleccionar seis diferentes áreas (2%), considerando que apenas os resultados de capital próprio não apresentam grandes probabilidades em termos de detecção de práticas manipulativas.

Contrariamente, existe maior probabilidade de detecção em três áreas específicas da contabilidade (28% - gráfico 25), sendo a combinação mais frequente a escolha das áreas de existências, imobilizado/capitalizações e acréscimos e diferimentos (69% dos inquiridos a seleccionar 3 áreas opta por esta combinação - quadro 1).

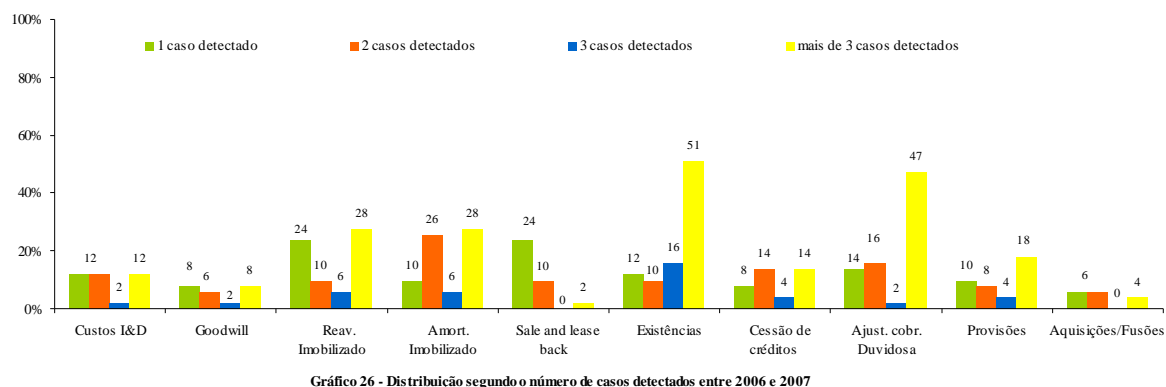
Tal constatação pode estar relacionada com o facto de haver uma maior facilidade em manipular estas áreas do balanço, uma vez que estas são operações que ocorrem com frequência em PME.

Na opinião dos auditores (gráfico 25), a combinação de duas ou quatro áreas contabilísticas apresentam a mesma probabilidade de detecção de casos criativos (22%). Pela observação do quadro 1 verifica-se que as existências e os acréscimos e diferimentos são a combinação de duas áreas mais apontadas (64%). Esta combinação volta a surgir quando se analisam as quatro áreas seleccionadas em conjunto, adicionadas das dívidas de terceiros/ajustamentos e Imobilizado/amortizações (81% das respostas que abrangem 4 áreas opta por esta combinação).

A frequência do fenómeno em PME e a sua presença em áreas contabilísticas distintas, pode ser justificada pela forte motivação para a manipulação de resultados nestas empresas, o que comprova a complexidade destas matérias e justifica a necessidade de eficientes revisões de contas nestas entidades.

Conhecidas as áreas de maior propensão para a utilização de práticas criativas, quantifica-se o número de casos efectivamente detectados por estes profissionais.

O gráfico 26 sintetiza o número de Revisores que detectaram casos de utilização de contabilidade criativa em PME, durante os anos 2006 e 2007.



Mais uma vez se verifica que a classe de existências constitui a prática de contabilidade criativa mais frequente. Apenas quatro inquiridos (11%) referem não ter detectado nenhum caso de manipulação deste tipo. Dos restantes, 67% afirmam a detecção de 3 ou mais casos nesta área.

Também os comportamentos manipulativos que aproveitam a criação de ajustamentos para cobrança duvidosa são frequentes, constatando-se que metade dos Revisores inquiridos detecta, nos dois anos em apreço, 3 ou mais casos.

Relativamente à classe de imobilizado corpóreo, as reavaliações e amortizações são igualmente referenciadas pela possibilidade que oferecem à criatividade contabilística. Nos dois anos em análise, detectam-se nestas operações, três ou mais casos de manipulação dos resultados por um total de 34% da amostra. Contudo, existe uma dispersão dos casos que são detectados e não detectados, pois um número aproximado de inquiridos (32%) declara não ter detectado nenhum caso de carácter manipulativo nas reavaliações do imobilizado, e 30% tece a mesma afirmação relativamente às amortizações.

Verifica-se ainda que as áreas de menor detecção destes casos são as aquisições, fusões, goodwill, sale and lease back e os custos de I&D. Este resultado poderá estar relacionado com o facto de estas operações não serem frequentes no quotidiano empresarial de PME.

Apesar da existência de algumas áreas com menor número de detecções, comprova-se que todos os itens apresentam pelo menos um caso detectado. Estes resultados permitem afirmar que existe um conjunto de oportunidades em diferentes procedimentos contabilísticos para a utilização de práticas criativas que não passam despercebidos aos olhos dos gestores.

Em paralelo com o estudo realizado anteriormente em Portugal, verifica-se que os resultados obtidos em questões semelhantes são superiores aos recolhidos nesta investigação. Embora o estudo anterior incluía um total de treze possíveis procedimentos de contabilidade criativa, comparam-se apenas as onze questões constantes deste estudo, como se pode comprovar observando o quadro 2 e 3

A principal justificação para a existência de maior percentagem de casos detectados em 1997 poderá estar relacionada com o facto de a amostra ser constituída por 63 elementos enquanto que, neste caso, se analisam apenas 51.

Esta diferença de doze respostas entre os dois inquéritos influencia a detecção de pelo menos um caso em cada uma das operações sugeridas, obtendo-se mais 4% de detecções deste tipo em 1997. O total de casos detectados nesse ano ascendia a 52% para uma

amostra de 63 elementos, já no presente ano, com 51 inquiridos detectam-se 54% de casos em todas as operações sugeridas.

Total casos detectados durante os anos de 2006 e 2007	n.º inquiridos	n.º questões	Se cada inquirido detectar 1 caso em todas as questões (1)	nenhum caso detectado (2)	1 caso detectado (3)	Mais de 1 caso detectado (4) = (1) - (2) + (3)	Total de casos detectados (5) = (3) + (4)
Portugal (2009)	51	11	100%	46%	14%	40%	54%

Quadro 2 - Distribuição segundo o total de procedimentos detectados em Portugal no ano de 2006 e 2007

Total casos detectados durante os anos de 1994 e 1995	n.º inquiridos	n.º questões	Se cada inquirido detectar 1 caso em todas as questões (1)	nenhum caso detectado (2)	1 caso detectado (3)	Mais de 1 caso detectado (4) = (1) - (2) + (3)	Total de casos detectados (5) = (3) + (4)
Portugal (1997)	63	11	100%	48%	18%	34%	52%

Quadro 3 - Distribuição segundo o total de procedimentos detectados em Portugal no ano de 1994 e 1995

Desta forma, verifica-se que apesar da menor amostra apresentada neste estudo a detecção de práticas manipulativas não fica muito aquém da realidade encontrada em 1997, o que demonstra a continuidade de adopção destes comportamentos.

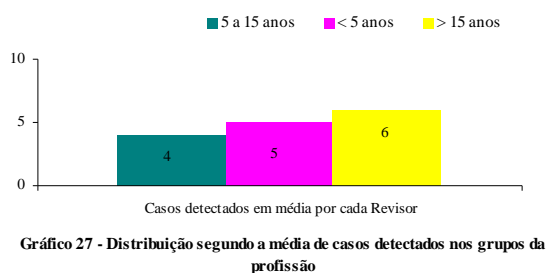
- **Relacionamento do total de casos detectados com outras questões apresentadas**

Apresentam-se agora alguns relacionamentos entre o total de casos detectados, nos anos 2006 e 2007, e algumas situações consideradas pertinentes para esta análise.

Sendo os ROC que compõem a amostra utilizada neste estudo caracterizados pela sua elevada experiência na profissão de auditoria, o primeiro cruzamento procura testar se existe maior número de casos de manipulação dos resultados detectados pelos Revisores mais experientes (gráfico 27).

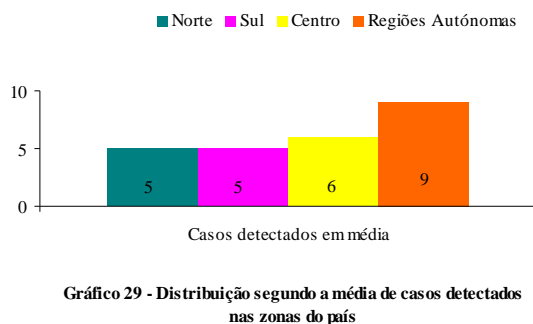
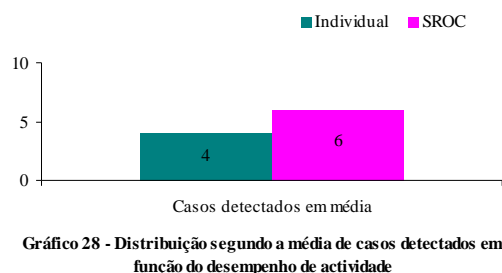
Os resultados encontrados comprovam que o factor experiência é importante na descoberta de práticas de contabilidade criativa (6 casos detectados por cada Revisor mais experiente). Contudo, verifica-se que este factor nem sempre é indicativo de maior número de casos detectados, pois os Revisores com menos de 5 anos de experiência detectaram em média mais 1 caso de gestão dos resultados comparativamente ao grupo de Revisores que têm entre 5 a 15 anos de experiência.

Obviamente que estes resultados também estarão, ou podem estar, influenciados pela composição das respectivas carteiras de clientes.



Relativamente ao relacionamento entre a forma de desempenho da profissão e a média de casos detectados (gráfico 28), verifica-se que, cada Revisor inquirido a exercer funções em SROC detectou em média 6 casos manipulativos durante os anos 2006 e 2007. Os inquiridos que desempenham a sua actividade de forma individual detectam em média 4 casos.

Em termos médios cada profissional com menos de 5 anos de experiência detectou em 2006/2007, 5 casos de gestão dos resultados. Os restantes, com um tempo de profissão superior a 5 anos, detectaram em média 4 e 6 casos deste tipo.



Quanto à frequência de casos detectados (gráfico 29) nas diferentes zonas do país onde os clientes dos Revisores estão estabelecidos, pode afirmar-se que nas regiões norte e sul cada Revisor detecta em média 5 casos de manipulação. De salientar que nas Regiões Autónomas, embora com menor peso na amostra, cada Revisor detectou em média 9 casos de gestão dos resultados em 2006 e 2007.

Em termos de distribuição geográfica verifica-se que a gestão dos resultados está presente em todas as regiões do país o que, como se referiu anteriormente, poderá estar relacionado com a carteira de clientes dos vários auditores.

O relacionamento da dimensão das entidades com a detecção média de práticas contabilísticas criativas pode ser observado no gráfico 30.

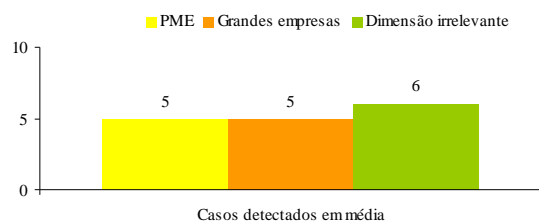


Gráfico 30 - Distribuição segundo a média de casos detectados nas várias entidades

Verifica-se que aqueles que consideram irrelevante a dimensão da entidade, afirmam detectar em média 6 casos de manipulação de resultados. No entanto, o número médio de detecções apontadas nas PME e grandes empresas apresenta-se o mesmo (5 casos detectados). Conclui-se os inquiridos detecta manipulações nos resultados em qualquer tipo de entidade.

A existência de elevado número de casos detectados leva a concluir que os responsáveis das empresas devem ter fortes incentivos para o uso de tal prática, uma vez que poderão colocar em risco a imagem que lhes está associada.

O próximo gráfico resume as opiniões dos inquiridos quanto às principais motivações que levam os gestores de PME à utilização de diferentes práticas contabilísticas criativas.

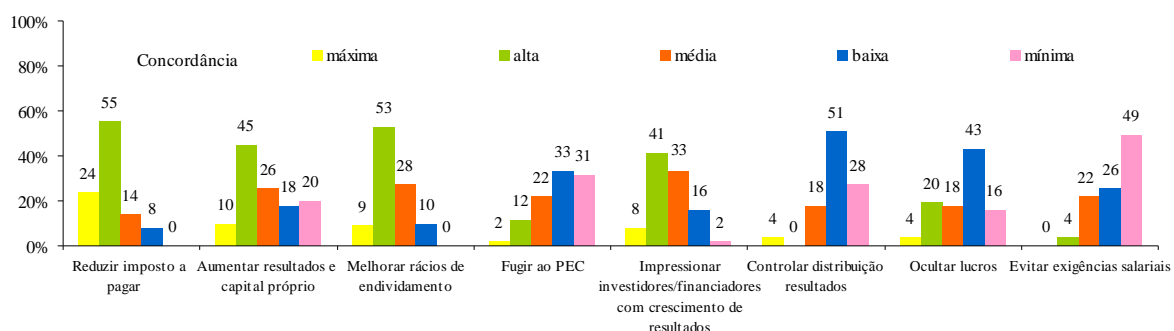


Gráfico 31 - Distribuição segundo o grau de concordância quanto aos incentivos da gestão dos resultados

Os resultados obtidos demonstram que a “redução da carga fiscal/imposto a pagar” é o principal motivo atribuído pelos Revisores, para que estas empresas manipulem resultados. Das opiniões recolhidas, 92% dos inquiridos admitem, fortemente, que seja este o maior incentivo à gestão dos resultados em Portugal.

Em segundo lugar, surge a motivação de “melhorar os rácios de endividamento”, com grau de concordância forte apoiado por 90% dos Revisores. De igual forma, com elevado nível de concordância, seguem-se os incentivos de “aumentar resultados e capitais próprios”

com 80% de respostas e “impressionar investidores/financiadores com resultados sustentados” com 82% de opiniões expressas.

Por outro lado, a afirmação “fugir ao PEC” apresenta menor concordância por parte dos inquiridos face aos incentivos anteriores. Neste caso, estão em desacordo com a afirmação 65% de inquiridos considerando que este é um incentivo pouco provável, o que poderá estar relacionado com a obrigação fiscal do pagamento mínimo de imposto (artigo 98.º n.º 2 CIRC), não existindo necessidade de reportar um resultado inferior a esse montante.

Relativamente às afirmações “Evitar exigências salariais”, “ocultar lucros” e ainda “controlar distribuição de resultados”, estas apresentam baixos níveis de concordância. Os Revisores afirmam que estes incentivos não representam grande importância quanto à prática de gestão dos resultados em PME, com um total de, respectivamente, 75%, 60% e 79% de concordância fraca.

Este facto pode estar relacionado com a própria estrutura das PME, sendo na maioria das vezes empresas do tipo familiar, a gestão e propriedade concentram-se no mesmo indivíduo, pelo que deixa de fazer sentido, por exemplo, a ocultação de lucros e o controlo da distribuição dos resultados. Nestes casos, não existe a necessidade de impressionar actuais ou potenciais investidores como acontece nas empresas com valores cotados em bolsa.

Relativamente ao incentivo que visa evitar exigências salariais, pensa-se que a sua irrelevância nestas empresas é devida ao reduzido número de colaboradores que estas empregam e, consequentemente à pouca força reivindicativa destes trabalhadores no protesto deste tipo de causas, motivo pelo qual esta não é uma preocupação do órgão de gestão de PME.

Constata-se assim que os principais incentivos à gestão dos resultados na realidade portuguesa, apontados anteriormente nesta investigação, são agora corroborados pela experiência destes profissionais (capítulo 1, p. 18).

Uma análise das opiniões expressas, em termos médios, relata que nas PME portuguesas existe uma forte motivação para minimizar o resultado de imposto sobre o rendimento e

evidencia ainda uma forte necessidade de se melhorar/aumentar resultados com o objectivo último de recorrer a financiamento bancário.

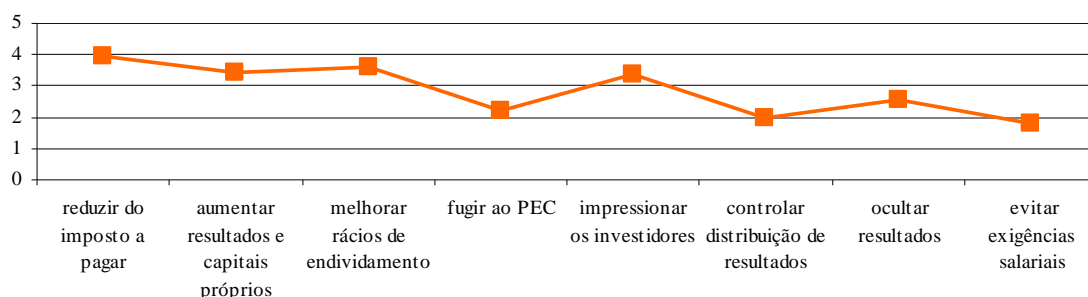


Gráfico 32 - Distribuição média face ao grau de concordância atribuído aos incentivos da gestão dos resultados

Em relação aos outros estudos que analisaram esta problemática, as questões neles formuladas diziam respeito às empresas de uma forma geral, não especificando a sua dimensão como é o caso da presente investigação. Assim, não nos é possível estabelecer pontos de comparação sobre os diferentes tipos de motivações que influenciam as PME dos vários países a utilizar métodos contabilísticos criativos.

Apresenta-se no quadro seguinte, uma breve análise das respostas obtidas em Portugal (1997), Espanha (2002) e Reino Unido (1993), com o objectivo de avaliar o impacto do contexto económico destes países nos incentivos à gestão dos resultados.

Incentivos/motivações	Caso PME	Tecido empresarial geral		
	Portugal (2009)	Portugal (1997)	Espanha (2002)	Reino Unido (1993)
	Grau de concordância máxima e alta (%)			
Redução da carga fiscal/imposto a pagar	78	82	90	52
Aumentar os resultados e capitais próprios	55	-	-	-
Melhorar os rácios de endividamento	63	69	90	95
Fugir ao pagamento especial por conta	14	-	-	-
Impressionar os investidores/financiadores com um crescimento sustentado de resultados	49	51	90	-
Controlar a distribuição de resultados	4	43	66	12
Ocultar os lucros	24	12	48	-
Evitar exigências salariais	4	12	31	-

Quadro 4 - Distribuição segundo o grau de concordância quanto aos incentivos da gestão dos resultados

- Verifica-se que os valores encontrados em Portugal (1997) são em todos os itens inferiores aos apresentados em Espanha (2002), embora a diferença seja, em alguns casos, pouco representativa;
- Contrariamente ao que acontece no Reino Unido (1993), o grau de concordância (máximo e alto) obtido para o incentivo proposto sobre a “redução da carga fiscal/imposto a pagar” mostra-se muito próximo entre Portugal (1997) e Espanha (2002). Pode pensar-se que o contexto económico inglês conduz a tipos de incentivos distintos do caso português e espanhol;
- Relativamente à presente investigação, constitui um dado interessante verificar que as motivações apontadas para o caso das PME portuguesas apresentam graus de concordância muito próximos em relação à globalidade de empresas em Espanha. Tais constatações podem estar relacionadas com o peso que estas empresas têm no tecido empresarial destes países, o que resulta na existência do mesmo tipo de motivações para alterarem os resultados empresariais.

CONCLUSÕES GERAIS

1. CONCLUSÕES

A existência de práticas contabilísticas criativas nos resultados é aceite na literatura como uma realidade, embora nem sempre seja possível comprovar tais manipulações.

Esta investigação pretendeu ser um contributo ao conhecimento do complexo fenómeno da gestão dos resultados praticada em PME. Procurou-se analisar o impacto que o processo de auditoria externa tem na preparação e apresentação de informação financeira, nos casos em que, os gestores destas entidades manipulem os resultados.

A presente investigação propõe que os gestores adoptam políticas contabilísticas que reflectam uma imagem melhorada da situação económico-financeira, com o objectivo de obter benefícios económicos, iludindo os utilizadores das demonstrações financeiras e reduzindo as suas obrigações perante outras entidades e o público em geral.

Para testar a hipótese do estudo adoptou-se uma metodologia assente na recolha de dados através de um inquérito de opinião enviado, no corrente ano, a todos os Revisores Oficiais de Contas. Neste inquérito foram solicitados elementos relativos à caracterização geral da gestão dos resultados, bem como informações sobre os seus clientes PME que manifestassem a adopção destas práticas.

Analizou-se o comportamento destes profissionais quando deparados com estas situações, tentando perceber se este é um fenómeno que ocorre com frequência em Portugal e ainda se as práticas detectadas quebram ou não a lei.

A evidência empírica demonstra que a existência de práticas contabilísticas criativas é cada vez mais comum no nosso país. Esta afirmação obteve uma concordância de 76% dos Revisores inquiridos, o que comprova a frequência do fenómeno em Portugal.

Os gestores alteram deliberadamente a imagem que deveriam apresentar nas demonstrações financeiras com vista a obtenção de algum benefício, o que pode ser o resultado de um aproveitamento legítimo ou ilegítimo dos normativos contabilísticos (45% de inquiridos acreditam haver legitimidade na adopção destes sistemas enquanto que 53% de respostas apontam em sentido contrário).

Conclui-se que este problema se tem vindo a alastrar nos últimos tempos, o que traduz os baixos padrões éticos na prática de negócios e uma flexibilização das fronteiras para atingir determinados objectivos e benefícios.

A observação global dos resultados evidencia que o aumento da gestão dos resultados é uma consequência directa da globalização dos mercados e da competitividade entre as organizações (67% de concordância face à observação). Esta realidade económica traz novos desafios para as empresas que se vêem obrigadas a participar activa e continuamente no mercado, sob pena de não conseguirem sobreviver às sucessivas exigências.

Como resultado da globalização tem-se verificado a existência de novas e complexas transacções acompanhadas pela maior flexibilidade do sistema contabilístico para dar resposta às necessidades do mercado. Em contrapartida, esta maior facilidade do sistema incrementa o recurso à manipulação dos resultados.

Este panorama de grande competitividade exige das empresas uma maior aposta em recursos financeiros, humanos e materiais, o que nem sempre é a solução escolhida pela gestão, pelos elevados custos que comporta. No entanto, para manter a boa imagem da empresa o gestor opta por manipular os resultados, aproveitando a escolha de diferentes critérios contabilísticos (82% dos Revisores concordantes).

Para a realidade nacional, os resultados obtidos indicam que a generalidade das empresas manipula frequentemente os resultados, independentemente da dimensão e da zona do país onde a mesma esteja estabelecida. Metade dos Revisores demonstra a irrelevância da dimensão das entidades quando se trata da vontade de gerir resultados e detectam em média o mesmo o número de casos em todas as entidades.

Por conseguinte, verificou-se a existência de um historial de gestão dos resultados nas sociedades por quotas, com um grande número de Revisores a encontrar com este tipo de situações tanto no início (74%) como no desenvolvimento do trabalho de auditoria (84%).

Esta predisposição para manipular resultados está relacionada com a estrutura familiar característica destas sociedades (70% de concordância). Em empresas familiares os gestores/proprietários têm o domínio e controlo absoluto da entidade sem que haja

ninguém que se oponha às suas decisões o que propicia a adoção de práticas contabilísticas criativas.

Nestas empresas verifica-se a existência de uma grande variedade de mecanismos contabilísticos que permitem a manipulação dos resultados. Estas práticas são manifestadas com maior intensidade nas áreas contabilísticas das existências, ajustamentos/dívidas de terceiros e ainda acréscimos e diferimentos.

Os resultados encontrados evidenciam que estas empresas manipulam os resultados através de operações que são frequentes no quotidiano, aproveitando a flexibilidade que estas áreas do balanço oferecem ou violando algumas delas. A manipulação das quantidades e custos unitários dos bens constantes nos inventários e o incumprimento dos princípios da prudência e da especialização ou acréscimo são os mais evidenciados nestas entidades.

Constata-se que estes comportamentos não resultam de erros mas de atitudes estrategicamente elaboradas com vista a distorcer a imagem empresarial. A presença do fenómeno em áreas contabilísticas distintas demonstra a complexidade desta matéria no que respeita à flexibilidade e subjectividade do sistema aliada à existência de fortes incentivos para manipular resultados.

Neste contexto, onde as PME têm por regra uma estrutura familiar e a sua gerência é muitas vezes exercida pelo proprietário, a manipulação dos resultados é feita com o propósito de reduzir o imposto sobre o rendimento a pagar (92% de respostas) e, em sentido oposto, recorrer a financiamento bancário (82%).

Dada a estreita relação entre o sistema contabilístico e fiscal no nosso país, o gestor, quando confrontado com a preocupação de cumprir as obrigações perante o Estado, sente-se motivado a reportar menores resultados contabilísticos com vista a minimização do imposto sobre o rendimento a pagar.

Por outro lado, e em sentido contrário, dadas as dificuldades financeiras que muitas destas empresas atravessam, a banca é normalmente a única fonte de financiamento, criando-se assim as condições propícias para serem apresentados resultados sustentáveis e preferencialmente em crescimento, para que consiga obter o financiamento pretendido.

Contudo, a análise sobre o impacto da auditoria permite concluir que as empresas que recorrem a práticas contabilísticas criativas para aumentar ou reduzir os resultados apresentam fortes probabilidades de receberem uma opinião de auditoria qualificada face às suas demonstrações financeiras.

O número de casos de manipulação de resultados detectado por estes profissionais independentes permite afirmar que o seu papel no fenómeno da gestão dos resultados em PME é indispensável, na medida em que valida a informação financeira emitida, certificando a isenção deste tipo de práticas. Os casos detectados não deixam margem para dúvidas:

A gestão dos resultados existe no nosso país e é uma prática frequentemente detectada (54% de Revisores detectou em 2006/2007 pelo menos um caso) pelos profissionais de auditoria.

No entanto, constata-se que apesar da sua importância em termos de controlo de erros e/ou fraudes nos resultados financeiros, a figura do auditor não representa por si só a extinção do fenómeno nestas pequenas entidades sujeitas a revisão. Este facto demonstra a força dos incentivos que estão associados à proliferação da gestão dos resultados em Portugal.

Este é um problema de difícil solução (82% de concordância) que deve ser enfrentado com determinação e profissionalismo, sob pena de se perder a confiança na informação financeira produzida e consequentemente, no trabalho de auditoria. Desta forma, a contribuição do Revisor Oficial de Contas representa hoje e no futuro, uma ferramenta de grande importância para dar credibilidade e fiabilidade às empresas que disponham dos seus pareceres e, consequentemente controlar a prática de gestão dos resultados.

A existência de uma normalização contabilística mais precisa e eficaz, que consiga combater este tipo de comportamentos coloca algumas reservas aos profissionais do sector. No entanto, a evidência recolhida demonstra uma certa expectativa com a entrada em vigor do novo sistema de normalização contabilístico, no sentido de que poderá contribuir para a redução da contabilidade criativa em Portugal (62% concordância média/máxima).

2. LIMITAÇÕES

Este estudo apresenta algumas limitações que podem ser consideradas sobretudo como uma oportunidade para uma investigação futura.

A principal limitação residiu na selecção da amostra que constitui o estudo. A dificuldade em obter respostas concretas e verdadeiras por parte das empresas a questões que indiciem práticas de contabilidade criativa criou a necessidade de limitar a amostra aos únicos profissionais que observam de perto estes comportamentos e que pelo seu carácter independente, podem ajuizar sobre estas matérias – *os Revisores Oficiais de Contas*.

Outra limitação está relacionada com a representatividade da amostra do estudo e com a pouca motivação para responder a este tipo de inquéritos. A antecipação desta dificuldade levou à opção de não incluir no inquérito questões que pela sua natureza o tornassem mais complexo e moroso o que desde logo, limitou a possibilidade de alargar os objectivos da investigação.

3. PROPOSTA PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

Considerando este estudo como uma primeira aproximação à problemática da gestão dos resultados, surgiram ao longo da sua elaboração algumas questões que deixam margem para o desenvolvimento de futuras investigações.

Face às limitações encontradas a respeito da amostra e da simplificação dos elementos contidos no questionário, uma futura investigação poderá considerar a inclusão de questões que permitam relacionar as práticas de gestão dos resultados e os respectivos valores dos ajustamentos contabilísticos propostos pelo processo de auditoria. Permitindo obter algum conhecimento acerca da relevância quantitativa de tais ajustamentos nas demonstrações financeiras manipuladas.

Seria também interessante analisar o impacto que a implementação do novo sistema de normalização contabilística terá no aumento ou redução das práticas de contabilidade criativa. Assim, a gestão dos resultados mantêm-se um tema da actualidade e de grande interesse.

BIBLIOGRAFIA

AMAT, O., BLAKE, J. (2002), “Contabilidade Creativa: 2+2=?”, Eddiciones Gestión 2000, SA, Barcelona, p. 9-202.

BARBADILLO, E. R., AGUILAR, N. G., CONTRERAS, A.G. (2002), “Una Comparación Inter-Sectorial y por Tamaño de la Calidad de la Información Contable a Través del Análisis del Informe de Auditoria”, in *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 31, n.º 112, p. 545-581.

BARROSO, M.A. (2009), “ A aquisição de activos imobilizados e a manipulação dos resultados por via das amortizações: um estudo para o caso português”, Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais (especialização em contabilidade), Faculdade de Economia, Universidade do Porto, p. 8-17. [Consultado em 2009-03-16]. Disponível em: <<http://repositorio.up.pt/aberto/bitstream/10216/13931/2/Tesefinal.pdf>>

BENTO, J., MACHADO, J.F. (2005), “Plano Oficial de Contabilidade Explicado”, 27.ª Edição, Porto: Porto Editora.

BORRALHO, J. (2008), “A Associação entre a Manipulação dos Resultados Contabilísticos e a Opinião dos Auditores”, in *Jornal de Contabilidade*, Outubro, n.º 379, p. 326-336.

CANEGHEM, T. V. (2004), “The Impact of Audit Quality on Earnings Rounding-up Behaviour: Some UK Evidence”, in *Accounting Review*, January, vol. 13, no 4, p. 771-786.

COSTA, C.B. (2007), “Auditoria Financeira: teoria & prática”, 8.ª Edição; Editora Rei dos Livros, Lisboa, p. 30 -190.

COSTA, C.B., ALVES, G.C. (2008), “Contabilidade Financeira: 6ª Edição”; Editora Rei dos Livros, Lisboa, p. 35-51.

DUARTE, M.M.; RIBEIRO, M.S. (2007), “ Contabilidade criativa: algumas abordagens”, in *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, n.º 93, Dezembro, p. 29-35.

FARIA, M.J. (2007), “Contabilidade criativa navega de acordo com as conveniências”, in *Jornal de Contabilidade*, n.º 364, Julho, p. 224-228.

FERREIRA, R.F. (2003), “Finanças públicas e a “contabilidade criativa”, in *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, nº 35, Fevereiro, p. 48-49.

FORTES, J. S. (1997), “Contabilidade Criativa: Um Estudo Empírico”, Estudo realizado na Universidade de Aveiro, p. 2-106.

FREITAS, C.A. (2007), “Revisão/Auditoria às Contas; Temas de Contabilidade, Fiscalidade, Auditoria e Direito das Sociedades”, Capítulo IV, p.135-149. [consultado 2009-06-09]. Disponível em: <<http://www.jmmsroc.pt/downloads/10anos/10.pdf>>

GARCIA, J. C.; CONESA, I.M. (2004), “ Manipulación Contable y Calidad del Auditor. Un Estudio Empírico de la Realidad Española”, in *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, vol.XXXIII, N.º 123, Octubre-diciembre, pp. 1025-1061.

GONÇALVES, A. (2004), “O Papel do Revisor nas Pequenas e Médias Empresas (PME)”, in *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, n.º 26, Julho/Setembro.

GONÇALVES, A. (2008), “A Auditoria das Pequenas e Médias Empresas”, in *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, Janeiro/Março, p. 30-45.

GONÇALVES, A.; TEIXEIRA, J. (2007), “ A Importância da Revisão Legal das Contas das Pequenas Empresas”, in *Revista de Auditoria Interna*, n.º 27, Julho/Setembro, p. 4-9.

GONÇALVES, A.C. (2005), “Contabilidade Criativa ou Engenharia Contabilística”, in *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, n.º 67, Outubro; Lisboa: CTOC, p. 36-48.

Guide to using International Standards on Auditing in the Audits of Small-and Medium sized Entities [consultado 2009-06-19]. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTELSALVADOR/SPANISH/Resources/ISA_Audit_Guide.pdf>

International Auditing Practices Statement (IAPS) 1005 – Recomendação Internacional de Práticas de Auditoria 1005 – “Considerações Especiais nas Auditorias a Pequenas Entidades”. [consultado 2009-03-14]. Disponível em: <http://irba.co.za/documents/doc_00296.pdf>

KRAEMER, M.E. (2004), “Contabilidade Criativa Maquiando as Demonstrações Contábeis”, 52º Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, 26 a 28 de

Agosto, p. 1-13. [consultado 2009-02-06]. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revistacrc/ojs-2.1.1/index.php/PENSAR/article>>

LANG, J. B. (1998), “De la contabilidad creativa al delito contable”, in *Partida Doble*, n.º 85, Janeiro, p. 33-39.

MOREIRA, J. A. (2006), “Are Financing Need a Constraint to Earnings Management? Evidence for Private Portuguese Firms”, Outubro, p. 2-33. [consultado 2009-02-06]. Disponível em: <<http://www.fep.up.pt/investigacao/cete/papers/dp0610.pdf>>

MOREIRA, J. A. (2008), “A Manipulação dos Resultados das Empresas: um contributo para o estudo do caso português”, in *Jornal de Contabilidade*, n.º 373, Abril, p. 112 – 153.

NASER, K.H. (1993), “Creative Financial Accounting: its nature and use”, London: Prentice-Hall, Reino Unido, p. 1-70.

Norma Internacional de Auditoria (ISA) n.º 315 – “Compreensão da Entidade e do seu Ambiente e Avaliar o Risco de Distorções Materiais”, de 15 de Dezembro de 2008, IFAC.

Norma Internacional de Auditoria (ISA) n.º 200 – “Objectivos e Princípios Gerais que Regem uma Auditoria de Demonstrações Financeiras”, de 15 de Dezembro de 2006, IFAC.

Norma Internacional de Auditoria (ISA) n.º 240 – “A responsabilidade do Auditor ao Considerar a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras”, de 15 de Dezembro de 2008, IFAC.

OLIVEIRA, H.M., LOPES, C.M., CUNHA, C.A. (2008), “A Transparência da Informação por Parte dos Emitentes”, in *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v.4, n.º2, de Abril/Junho, p. 93-104. [consultado em 2009-03-16]. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article>>

OLIVEIRA, M.M. (2008), “Manipulação dos resultados por empresas em dificuldades financeiras: estudo para um caso português”, Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais (especialização em contabilidade), Faculdade de Economia, Universidade do Porto, p. 12-27. [Consultado em 2009-03-16]. Disponível em: <<http://repositorio.up.pt/aberto/bitstream/10216/9322/2/>>

PINHEIRO, A.F. (2008), “Candidatura a subsídios de investimento e manipulação dos resultados: um estudo para o caso português”, Dissertação de Mestrado em Ciências

Empresariais (Especialização em Contabilidade), Faculdade de Economia, Universidade do Porto, p. 8-25. [consultado: 2009-09-15]. Disponível em: <<http://repositorio.up.pt/aberto/bitstream/10216/9332/2>>

RIGAUD, L. (1980), “Os Sistemas de informação da empresa”, Porto, Portugal, p. 45-47.

ROCHA, I., VIEIRA, D.F. (2004), Código das Sociedades Comerciais, 8ª Edição, Porto Editora.

ROCHA, L.M.; VIANA, R.C. (2001), “Avaliação de Pequenas e Médias Empresas e Gestão de Risco”, Porto, p. 1-26. [consultado 2009-06-10]. Disponível em: <<http://www.fep.up.pt/docentes/coutoviana/AvaliacaodePME.pdf>>.

RODRIGUES, I.B. (2008), “Revisão de contas e auditoria nas PME: impacto contabilístico e fiscal”, Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Faculdade de Coimbra, p. 10-128.

SAMPIETRO DE JODAR, R. (1984), “La Auditoria en la pequeña y mediana empresa”, Madrid: Ibérico Europea de Ediciones, p. 57-62.

SANTOS, A., GUEVARA, I. (2003), “Contabilidade criativa e Responsabilidade dos Auditores”, in *Revista Contabilidade & Finanças*, 31, Maio/Agosto; São Paulo: USP; 2003; p. 7-22.

VIANA L. F. (2005), “Manipulação dos Resultados Contabilísticos”, p. 1-25. [Consultado em 2009-03-19]. Disponível em: <<http://nrhomem.no.sapo.pt/manipulacaoderesultados.pdf>>

Legislação

Decreto-Lei n.º 225/2008 de 20 de Novembro – Transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva n.º 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas.

Decreto-Lei n.º 372/2007 de 6 de Novembro – Certificação de PME.

Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro – Aprovação do POC.

Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Decreto-Lei n.º 76 A/2006 de 29 de Março – Alteração da legislação societária.

Directiva 78/668/CEE – Obrigação de PME à revisão legal de contas.

ANEXO

Inquérito de Opinião

Exmo. Senhor Revisor Oficial de Contas,

Este inquérito foi criado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Contabilidade do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, e destina-se a disseminar qual o impacto da auditoria na manipulação dos resultados empresariais nas pequenas e médias empresas. A informação é prestada de forma anónima. OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

I. Há quanto tempo exerce a profissão?

II. De que forma desempenha a sua actividade?

III. Qual a zona do país onde predominantemente os seus clientes exercem as suas actividades?

1. No seu ponto de vista a contabilidade criativa é? (Assinalar a opção ou opções pretendida(s))

☐

"A preparação das contas das empresas utilizando os vazios das normas existentes e as possíveis escolhas entre diferentes critérios de valorimetria autorizados, transformando as contas anuais naquelas que, quem as prepara, prefere que sejam"

☐

"Uma prática deliberada e sistemática de «tratamento» de elementos contabilísticos visando geralmente situações empresariais mais favoráveis quanto a activos, resultados ou referências às contas"

2. Em sua opinião, a contabilidade criativa, de um modo geral, é uma prática legal?

☐

Sim

☐

Não

3. Acha que a contabilidade criativa é cada vez mais frequente em Portugal?

☐

Sim

☐

Não

4. Se respondeu sim na questão anterior, considera que o aumento do fenómeno da contabilidade criativa é uma consequência da globalização dos mercados e da competitividade das organizações?

☐

Sim

☒ Não

5. É da opinião de que o registo contabilístico de novas e complexas transacções pode levar a diferentes interpretações das normas e princípios contabilísticos?

☒ Sim

☒ Não

6. Considera que as normas de contabilidade, de um modo geral, deixam lugar a algum subjectivismo o que conduz à escolha de critérios mais convenientes pelos gestores das empresas?

☒ Sim

☒ Não

7. A utilização de contabilidade criativa é um problema grave e que dificilmente poderá ser completamente solucionado.

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

8. As práticas de contabilidade criativa poderão ser solucionadas ou anuladas através de normas contabilísticas baseadas em princípios?

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

9. Em sua opinião, a contabilidade criativa é mais frequente:

☐ Nas grandes empresas

☐ Nas pequenas e médias empresas

☐ A dimensão é irrelevante

10. Quando realiza pela primeira vez a revisão legal de contas de uma sociedade por quotas, tem verificado a existência de um historial de contabilidade criativa nessas sociedades?

- ☐ Sim
- ☐ Não

11. No seu trabalho de revisão legal de contas em pequenas e médias empresas tem detectado situações de manipulação de resultados?

- ☐ Sim
- ☐ Não

12. As tentativas de manipulações dos resultados contabilísticos são mais frequentes nas empresas com estrutura familiar?

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

13. De acordo com a sua experiência, em que áreas existe maior probabilidade de detectar manifestações de contabilidade criativa em pequenas e médias empresas?

- ☐ Imobilizado / Capitalizações
- ☐ Imobilizado / Amortizações
- ☐ Existências
- ☐ Dívidas de Terceiros / Ajustamentos
- ☐ Acréscimos e Diferimentos
- ☐ Capital próprio
- ☐ Dívidas a Terceiros

14. Indique, aproximadamente, para cada uma das áreas aqui mencionadas o número de casos que detectou relacionados com práticas de contabilidade criativa, durante os anos de 2006 e 2007

14.1 Custos de Investigação/Desenvolvimento

14.2 "Goodwill"

14.3 Reavaliações do Imobilizado

14.4 Amortizações do Imobilizado

14.5 "Sale and lease back"

14.6 Valorização das existências

14.7 Cessão de créditos (descontos de letras, "factoring")

14.8 Ajustamentos para cobrança duvidosa

14.9 Provisões

14.10 Contabilização de aquisições e fusões

15. Em sua opinião, quais são os principais incentivos/motivações que levam as pequenas e médias empresas a manipular os seus resultados? 15.1 Redução da carga fiscal/imposto a pagar

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

15.2 Aumentar os resultados e capitais próprios

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

15.3 Melhorar os rácios de endividamento

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

15.4 Fugir ao pagamento especial por conta

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

15.5 Impressionar os investidores/financiadores com um crescimento sustentado de resultados

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

15.6 Controlar a distribuição de resultados

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

15.7 Ocultar os lucros

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

15.8 Evitar exigências salariais

	1	2	3	4	5	
Grau de concordância mínimo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Grau de concordância máximo

15.9 Outro. Qual?